

Jaime Brasil

Voz que clama no deserto

Colectânea de textos publicados no
Suplemento Semanal Ilustrado
d' *A BATALHA* (1924 - 1926)

Cadernos d' *A BATALHA*

2007

A BATALHA

Este jornal surgiu em 23-2-1919, no mesmo ano em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de que seria porta-voz. A CGT, única confederação sindical existente, agrupava os trabalhadores mais combativos e conscientes da altura, sendo influenciada pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária. Isto determinou a sua independência face aos partidos e ao poder político e fê-la procurar que as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida não os deixassem esquecer que só uma profunda transformação económica, social e ética permitiria eliminar a sua opressão e exploração. Negou sempre, com notável antevisão, que a libertação dos trabalhadores se pudesse alcançar através duma pretensa "ditadura do proletariado" ou do "Estado-patrão".

Hoje, não ligada a qualquer dos movimentos sindicais existentes, de cujos princípios e prática geralmente discorda (embora tenha o maior respeito pelos trabalhadores que os constituem), *A Batalha* continua a pugnar por uma sociedade assente em formas comunitárias de vida, de essência autogestionária e cooperativa, com total respeito pela liberdade de pensamento e pela autonomia individual, em conformidade com os princípios socialistas libertários por que se norteia.

Jaime Brasil

Nota Preliminar

Voz que clama no deserto

**Colectânea de textos publicados no
Suplemento Semanal Ilustrado
d' A BATALHA (1924 - 1926)**

Cadernos d' A BATALHA

2007

É o conjunto dessas 21 cartas “inesquecíveis”, publicadas entre Março de 1924 e Junho de 1926, que reunimos neste Caderno, precisamente para que não caíam no olvido. As duas últimas cartas, escritas com uma semana de intervalo (n.ºs 131 e 132) são relativas ao golpe militar de 28 de Maio. A primeira delas é de 31 de Maio (2ª feira) mas ficara pronta sábado, isto é, a 29, porque o pessoal da tipografia descansava ao domingo e o *Suplemento* era preparado durante a semana. Dá conta dos últimos tempos do governo de António Maria da Silva e a notícia da rebelião figura num lacónico *post scriptum*. A segunda carta não vem assinada pela “A Voz que clama no deserto” mas é a óbvia continuação da anterior, pelo que se nos afigura indispensável a sua inclusão, a despeito de vir desta feita assinada pelo “teu velho Tsing-Wang-Li”. Em ambas a momentosa situação política é referida à China – «Carta ao soldado desconhecido sobre um negócio da China» e «Cartas da China, I – Aspectos e impressões da vida na Celeste República», qualquer delas registando eventos e personalidades portuguesas facilmente identificáveis, com a mordacidade de que só ele era capaz e que nos faz recordar outro mestre no género – Camilo Castelo Branco. A passagem da autoria para Tsing-Wang-Li e o facto das «Cartas da China» se terem quedado pela primeira deve-se, provavelmente, à instituição da censura pela Ditadura Militar recém-instaurada.

Jaime Brasil foi um activo militante sindical. Em 1924 foi eleito membro da direcção da Associação dos Trabalhadores da Imprensa que dispunha dum Cofre de Beneficência e Pensões. Esta Associação deu posteriormente origem a duas estruturas: o Sindicato dos Profissionais da Imprensa e a Caixa de Previdência dos Profissionais da Imprensa (1925), a cuja direcção também pertenceu. Esta vertente associativa é consagrada na já aludida notícia necrológica de Alexandre Vieira logo no seu título “Com Jaime Brasil desapareceu também um organizador sindical”.

Afigura-se-nos provável que esta última faceta, somada à sua anterior colaboração na imprensa confederal e ao seu

indefectível anarquismo tenha estado na origem da sua designação como delegado da CGT por Emídio Santana, então membro do Comité Confederal clandestino. Nomeação feita sem consulta prévia aos outros elementos do Comité, decerto porque Santana considerava Jaime Brasil uma personalidade inquestionável. Adriano Botelho transmitiu aos outros membros a sua discordância com a metodologia expedita de Santana e foi assim decidido confrontar Jaime Brasil com o problema suscitado, resignando este de imediato. Esta peripécia merece comentário.

Santana era um homem de acção, pouco dado a formalidades burocráticas, para mais nas difíceis condições de clandestinidade. Além de que isto se passou em 1937 e Botelho só teve conhecimento do facto depois da prisão de Santana, em virtude do atentado a Salazar, o que permite supor que a nomeação tivesse ocorrido no atribulado período entre as “bombas dos ministérios” e a segunda tentativa de liquidação do ditador. A susceptibilidade ferida de Botelho e, por arrastamento, dos outros membros do Comité, conduziram assim à demissão dum delegado irrecusável, que apenas aceitara tal função por mero dever de solidariedade militante. Que tal comportamento deixou algum sentimento de culpa em Botelho deduz-se da repetida afirmação que Jaime Brasil era anarquista, mas individualista, dando a entender que não preenchia, por esse facto, os requisitos exigíveis a um delegado confederal de 24 quilates.

Podemos ainda acrescentar que em 1937 veio a Portugal um companheiro francês incumbido de organizar uma guerrilha para operar na retaguarda das forças nacionalistas espanholas. Vinha dirigido a Jaime Brasil, que o avalizou e apresentou ao Comité Confederal, para lhe dispensar o necessário apoio. Este companheiro recebeu pouco depois, inesperadamente, ordem para regressar a França, não se concretizando a sua missão. Mas a intermediação de Jaime Brasil num processo desta natureza dá bem a noção da confiança de que gozava, no meio libertário

nacional e internacional. A actuação de Botelho parece-nos assim pouco correcta.

Jaime Brasil esteve no sector republicano durante a Guerra Civil de Espanha, o que terá (?) motivado a sua demissão da redacção do jornal «A República». Foi também demitido por razões obscuras da redacção de «O Século». Foi um dos poucos anarquistas portugueses que aderiram à Frente Popular. Receando ser preso viveu em Paris até à ocupação alemã, decidindo regressar a Portugal em fins de 1940. Chegado a Portugal foi preso, cumprindo vinte meses de prisão. Terminada a pena passou a integrar a redacção de «O Primeiro de Janeiro», no Porto, mas nunca se adaptou a viver na cidade Invicta, onde não tinha amigos.

Mas deixemos estas divagações e regressemos às cartas de «A Voz que clama no deserto», a que o tempo não removeu o sabor e a contundência, e que podem ser ainda hoje degustadas com agrado. O país e a classe política não mudaram assim tanto – talvez não tenham mudado mesmo nada –, e esta espécie de contra-informação tem mérito literário bastante superior à do actual programa televisivo. Algumas notas proporcionarão informações complementares sobre as pessoas, factos e circunstâncias que motivaram as crónicas, facilitando a sua compreensão.

Elisa Areias

Luís Garcia e Silva

Nota:

1 - Só em Lisboa terão os três travado conhecimento com o também terceirense António José de Ávila, decano dos anarquistas portugueses, que gozava de geral apreço e amizade no meio libertário. Meio que ele integrava, praticamente, desde a fundação da I Internacional em Lisboa. Quando da sua morte, em 1923, o Suplemento de *A Batalha* dedicou-lhe uma notícia necrológica com sugestivo subtítulo - «Uma vida que é um exemplo e uma figura que é um modelo» e uma reportagem do funeral da autoria de Pinto Quartim - «Atrás do Caixão de Ávila» - em termos de comovida estima e admiração.

Carta do Povo sobre a loucura do Carnaval *

Meu irmão, escuta:

Nunca o homem chega a esquecer tanto a própria dignidade, como nestes dias torvos, em que tudo são chagas sangrando e vinho, em vômitos. O Carnaval é o tripúdio da besta. Abrem-se nesta hora as válvulas dos instintos inferiores e os vícios ejaculam-se, em série. Primeiro, a miseranda ilusão dos que julgam mudar suas condições de vida, modificar sua tragédia íntima, vestindo os falaciosos ouropéis duma grandeza de entremez, encarnando um personagem que na sua doentia inconsciência, julgam modelo e escopo da boémia, do prazer bordeleiro. Depois, quando não lhes dá, miseravelmente, para a prática vergonhosa da mendicidade, prodigalizam em gastos inúteis aquilo que representa muitos sacrifícios próprios, ou dos seus. E vem a seguir a embriaguez – a degradação que explica todas as degradações. Por esse conduto de crimes, toda a rixa acaba numa facada, toda a ambição num furto, toda a carícia numa violação.

Qualquer contacto de sexos, que noutra hora seria ternura, no Carnaval há-de ser violência e sangue e estupro. E as mais esquecidas desavenças vestem os farrapos dum disfarce, para nos três dias sangrentos liquidar, cobardemente, contas.

Os vícios mais repugnantes, os que se ocultam sempre na sombra das cloacas, têm, neste Entrudo miserável uma consagração quase pública. E até homens normais, que não sofreriam um menoscabo na altivez da sua virilidade, ostentam despudo-

radamente, numa momentânea manifestação de uranismo, trajes e meneios comprometedores.

O Carnaval é a inversão de tudo, é mais – é a subversão de todos os princípios da moral científica e social, que proíbe certas práticas, explicando porque as proíbe. Só um sopro de demência pode justificar o ridículo e a torpeza dos espetáculos carnavalescos. Como não há, porém, manicômios para todos os doidos, que, a um tempo, são neles comparsas e público, não sei doutra terapêutica que não esta, que fazer da pena um azorrague e das palavras metal candente, para vituperar o monstruoso crime, procurando pôr um dique à onde de vasa, que há séculos polui, periodicamente, a desgraçada, a desorientada humanidade.

* * *

Mas o teu carnaval ainda não é o pior, meu irmão-canalhal! O pior é aquele que tu queres imitar, é o dessa torpíssima burguesia, alfobre de estrume quente, onde borbulham e pujam todos os ridículos e todos os preconceitos, todos os vícios e todos os crimes. Foi ela que inventou os bailes de máscaras e os “travestis”, o “confetti” e as serpentinas. Por ela, se travam as batalhas de flores, desfilam os carros de fantasia, e se organizam as *matinées* onde crianças adoráveis aparecem vestidas de polícias ou de fadistas.

Para o observador atento, toda a podridão dessa classe esvurma e fede nestes dias. São os pais que andam pelos clubes, sociedades de recreio e salsifrés familiares, a expor as filhas, como num mercado oriental de escravas, a ver quem cai, a ver quem mais dá. São as matronas púdicas, que aproveitam a época para envergar um costume que lhes realce as graças fanadas, a fim de estimular o amante ou arranjar outro novo. São as meninas viciosas, que gostam das sensações fortes e passam dos braços dum aos braços de outro, no rodopiar da dança, como desejariam passar na vida, desbragadamente. São os maridos condescendentes, para quem o carnaval é fonte de receitas várias. São os

filhos-família, precocemente devassos, que no entrudo dão livre expansão aos seus caprichos orgiásticos de inúteis.

Por cima de tudo isto o Estado bondoso, protector, a um tempo proxeneta e chulo, dá feriado aos que o servem, para que gozem; e mantem abertos os antros onde se baila e bebe e joga e onde as rameiras fazem de grandes damas, e estas se disfarçam para ir sentir as sensações daquelas. Põe-se então a ordem a velar pela devassidão. Ai de quem perturbe a digestão suína do burguês, que se empaturrou de lagosta e trufas, num gabinete reservado; e malditos os que, rugindo, retardem os espasmos voluptuosos da madama, que no quarto de pouca permanência tirou tudo menos a mascarilha.

* * *

Para responder altivamente às escorrências pustulentas que a burguesia agora estadeia, era preciso que o povo erguesse bem alto o lábaro da sua dignidade, significasse aos gargantões corruptos e às fêmeas desvergonhadas que ainda são seus senhores e donos – toda a imensa amargura do seu desprezo. Todos os que têm no seu lar, a fome e o desconforto e a dor, ou que sentem avizinhar-se esses flagelos; todos quantos têm sensibilidade, para se revoltar ante as ignomínias e iniquidades do existente – deviam vir para a rua, nestes dias, dar o espectáculo lúgubre da sua miséria, expressivo do seu nojo, cáustico da sua revolta.

De todos os bairros da cidade, onde a desgraça se acoite, sairia a legião dos famintos e dos revoltados. As mulheres com os filhos pela mão, os pobres com os seus andrajos, os trabalhadores com as suas blusas e o seu suor. Breve a legião seria torrente caudalosa, a atracção das multidões faria o resto e meia cidade estacionaria na praça pública, pejaria as ruas, seria mar e barricada. Silenciosamente, sem um doesto, nem o esboço duma violência, a multidão assistiria sombria ao desfilar dos foliões. A princípio eles julgariam que se lhes prestava homenagem e teriam um minuto da embriaguez das apoteoses. Depois, quando a custo

se abrissem sulcos na multidão para dar passagem aos carros com as galdérias esbargachadas e os tunantes bêbedos – começariam a compreender.

Então seria a fuga, o pânico, o terror máximo. Sentiriam talvez quanto tinha de insultuoso a sua alegria, de ignóbil os seus desperdícios – e fugiriam de medo, que vergonha não a têm.

* * *

Era assim que eu te queria ver, povo, reivindicando orgulhosamente a condição que te criaram, fazendo dela um ariete e um chicote, impondo a tua vontade, pela simples acção de presença. Nem um único argumento para eles, nem sequer um esgar de desprezo – simplesmente, grandiosamente o espectáculo infinito da tua dor.

Podias depois dormir tranquilo, que a tua hora de triunfo ia soar.

Encurralados nos seus fojos, os chacais, que se alimentam da nossa carne, sentiriam em torno de si o vácuo. Os preconceitos, as tradições, os símbolos, de que se servem para te dar a ilusão do poderio, devorá-los-iam eles, à míngua daquilo que tu, todos os dias, abnegadamente, lhes ofereces – o teu nome que eles invocam para subir e dominar, o teu trabalho, que transformado em oiro lhes garante todos os prazeres, e até a carne da tua carne, pois teus filhos são os soldados que lhes vigiam os cofres e as cortesãs que lhes saciam a luxúria.

Ai de ti, povo, se não te mostrares a eles sempre assim, activo, superior aos seus prazeres crapulosos, desprezador da sua riqueza e do seu poderio falazes. Enquanto voluntariamente te acorrentares ao carro triunfal das suas gloriolas, enquanto te embasbacares ante os seus farrapos de gala, enquanto os procurares imitar em tudo – nos seus divertimentos e vícios, e até nas pequeninas virtudes – tu serás o escravo, que eles querem que sejas e que mereces então ser.

Trabalhador que me lês: se amanhã, tal como fizeste ontem, obedecendo ao estigma duma tradição que desconheces, à necessidade humaníssima de algumas horas alegremente passadas, ou às sugestões do companheiro de espírito impressionável, tu organizares os teus ranchos, as tuas cegadas, ou simplesmente, vestindo de “toureiro” ou de “diabo” andares pelos bailaricos a folgar – pensa bem antes de o fazeres. Pensa que autoridade terá o “ché-ché” ou o “palhaço” de agora, para se impor amanhã, ao patrão, exigindo-lhe maior salário, ao Estado mais liberdade, e a todos respeito... Pensa que com uma simples frase obscena ou equívoca destróis os rugidos de revolta, que os teus camaradas soltaram, protestando – ainda há pouco – contra a carestia da vida e a inépcia dos governantes. Pensa que no teu lar, por muito que julgues ganhar, ainda falta qualquer coisa em conforto e alegria, para ti e para os teus. Pensa nos sem-trabalho que há pelo mundo; pensa nos que estão nas cadeias e nos hospitais. Pensa na fome que já sentiste, pensa no frio que os teus filhinhos passaram. Pensa que és quase analfabeto e que não te dão livros, nem escolas, nem luz. Pensa na dor e no mal e pensa depois no Amor e na Justiça. Pensa em ti!

Se depois de pensares nisto e em tudo que esses pensamentos te sugerirem, tu ainda persistires em vestir guizamentos de folia e vir para a rua expor-te à irrisão das turbas inconscientes – em verdade te digo, meu irmão-doente, que está ainda longe, muito longe, a hora da tua e da minha redenção. Oxalá que eu não seja, meu irmão

A Voz que clama no deserto

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 14, 3/3/1924

Carta ao Povo Trabalhador sobre a comemoração do 1º de Maio*

Trabalhador, meu irmão:

Vem aí o 1º de Maio. É uma data? Não, é um símbolo. É o timbre da nossa estirpe. É uma coisa nossa, muito nossa, só nossa. Conversemos sobre ela.

Que me falta autoridade, dizes? Enganas-te. A autoridade para falar não reside em quem fala, como queria o padre Vieira, que foi da Companhia de Jesus e falava bem. Emanava do que se diz. É como a beleza. Não é função do agente. Miguel Ângelo era feio e ao seu «Moisés» só lhe faltava falar. Mas, adiante!

É preciso arrear caminho. A data que se aproxima deve ser comemorada de forma diferente do que tem sido. Até aqui tem triunfado o sentimento nas suas fórmulas mais grosseiras. É preciso dar lugar ao raciocínio.

Nem a alegria ruidosa, que diz bestialidade e inconsciência, nem o rememorar místico e piegas de cenas do passado. Quer dizer: nem a bebedeira nas hortas, nem a sessão solene empanurrante. Só a ativa serenidade dos que estão conscientes da sua força e a plena demonstração dela.

O 1º de Maio recorda aqueles que morreram pela causa - eu sei. Guardemos sentidamente a sua memória no fundo dos nossos corações; mas basta de exteriorizações dum luto convencional. O nosso agiologismo é rico em sacrifícios e nem por isso

em cada dia do ano marcado pelo sangue dum desses mártires votamos uma homenagem especial à sua memória sempre viva. O 1º de Maio é grande de mais para lembrar só os nomes de alguns soldados que morreram honradamente no seu posto.

* * *

O 1º de Maio tem também uma tradição foliona e gaiteira. É a pior de todas. Ela só basta para destruir o castelo de reivindicações que o nosso sofrimento constante e a nossa ânsia de libertação architectam. Urge persegui-la como fera bravia, es-corraçá-la dos nossos costumes, como coisa vergonhosa, avil-tante.

Onde estão as piores palavras, as mais contundentes, as que cortem como navalhas e que sejam capazes de traduzir todo o nojo por essa torpíssima tradição de regabofe que afronta o operariado consciente? Onde estão, que as quero aqui pôr todas, em fila, em legião, gritantes e rudes, prontas para todo o vitupério?

Oh! meu irmão, não estranhes este tom indignado, quase violento. Tudo isto é dor e vergonha a explodir, é o coração a dilacerar-se e a sair aos farrapos pelos bicos desta pena.

Porque eu queria ver-te digno e sóbrio, ativo e culto, se-guindo inflexível a tua rota para a perfeição, sem transigir com os de cima, sem chafurdar com eles no lodo das mesmas crápulas. E se tu me surges dum beco, aos tombos, face con-gestionada, a camisa que te enxugou o suor listrada de vinho, garrafa numa mão e o farnel do peixe frito na outra – em verdade te digo, meu pobre irmão doente, que nem sempre tenho pie-dade de ti, porque às vezes tenho nojo. E ainda que grites, em voz avinhada: Abaixo a burguesia! Viva a Revolução Social! – eu não te acredito e assalta-me uma angústia, um confrangimento, uma infinita vontade de chorar, por sentir que estás, cada vez mais, exaltando a burguesia, demorando o advento da Grande Aurora.

* * *

É indispensável que a comemoração do 1º de Maio, a mais internacionalizada comemoração duma data, seja a alta e clamorosa afirmação das nossas reivindicações, seja verdadeiramente a glorificação do Trabalho, a apoteose da nossa força moral, o grito de triunfo da nossa capacidade produtora e construtiva. Hemos de demonstrar ao mundo que o Trabalho, hoje só dor e escravidão, é nobre e belo e redentor. Mas demonstrá-lo praticamente, por coisas palpáveis, que, a par de retumbantes afirmações de princípios, sejam dignificadoras atitudes de solidariedade e mútuo auxílio.

Nada de proposições retóricas, de tropos inflamados, de platónicos protestos, de isolados e inúteis gestos de revolta. Acção e só acção. Mas acção calma, ordenada, superior, digna.

Que de coisas belas se poderiam fazer para comemorar, como é mister, o nosso dia! Que interessantes iniciativas a tomar, empreendimentos a esboçar, demonstrações de força moral e cultura mental a fazer!

E tudo ordenado no sentido de valorizar a nossa capacidade produtora, as nossas faculdades construtivas, o nosso poder de realização de beleza e utilidade. Tudo para demonstrar ao burguês, que nos explora e despreza, porque se supõe mais culto, de quanto somos capazes, do que faremos quando chegar a nossa vez!

Oh! meu irmão, deixa-me esboçar-te, em pinceladas largas, o que pode ser, o que deve ser, o que há-de ser, a comemoração do 1º de Maio, num futuro próximo.

* * *

Primeiro que tudo, a paralisação geral do trabalho, que não está certo contribuírmos até no nosso dia, para engordar a minoria parasitária, que nos domina e explora. Mas paralisação a valer, e não o arremedo de paralisação que soe dar-se. Excepção feita

daqueles trabalhos que deixam de o ser para serem só considerados sacerdócios, como os de assistência moral e material a crianças, inválidos e doentes – tudo o mais cessaria.

Depois realizar-se-iam cortejos que inspirassem assombro, comícios colossais, onde a palavra fosse nada e a acção de presença tudo. E em cada ano, no 1º de Maio, se lançaria a primeira pedra dum Casa do Povo, dum Bairro Popular, se inauguraria uma Escola, uma Oficina Sindical, a realizar depois pelo esforço comum.

Assim, e por todos os meios que tendessem a dignificar e a exaltar o Trabalho, deveria ser comemorado o 1º de Maio. Só assim os nossos inimigos, os nossos exploradores, aprenderiam a respeitar-nos.

Até que um dia viesse, em que, com a consagração dum 1º de Maio, coincidissem o raiar da Grande Aurora, da nossa completa e bem ganha Libertação.

Até lá, oxalá que eu não seja, meu irmão, repito-o

A Voz que clama no deserto

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 22, 28/4/1924.

Carta à oligarquia dominante sobre os atentados pessoais, suas origens e pronta repressão*

«Honrado» moageiro¹:

Não estranhes esta carta nem o tom irreverente dela. Somos, infelizmente, conhecidos velhos. És um plebeu da minha igualha e podemos tratar de potência a potência. O Acaso que te alcançou ao Poderio e ao Domínio não te deu nobreza. E nem que ta desse, eu vestiria outra andaina que não esta, para te falar assim, de alto.

Mas deixa-me recordar de onde te conheço. Conheci-te, garoto ainda, ao trapo. Eu andava, então, no mestre. Depois não te perdi de vista. Foste moço de fretes, caixeiro de padaria e vi-te uma vez, lembro-me, ao volante dum camião. Eu estava já encarcerado na oficina. Não nos falávamos, mas era como se fossemos irmãos. Tu deixaras a vadiagem primeira, pelo forçado trabalho, e eu, se nunca te apertei a mão, foi por nunca te ter encontrado, nem nos comícios onde o povo ingenuamente clama, nem nas associações onde conscientemente se prepara a grei, para os seus destinos futuros.

Rolaram anos. Perguntava por ti, diziam-me que «estavas bem». Só depois percebi o duplo sentido, ao ver-te apear um dia dum automóvel, à porta de certo ministério. Por curiosidade, quis saber das razões da transformação. Apurei que o Acaso, a Sorte,

a Guerra tinham feito de ti um potentado da Finança e da Indústria. Disseram-me mais – disseram-me que o pão negro que eu rilhava, eras tu que o mandavas fazer assim. Custou-me a crer. Um pobre diabo, como tu, que nem era inteligente nem activo, podia lá ter atropelado os tubarões já existentes, para se pôr na primeira fila, a comer! Mas era verdade: dolorosamente o verifiquei depois.

Explicaram-me a mecânica da tua transformação. Quando foi da Guerra, tu, com outros do teu jaez, especulaste com tudo. Com as batatas, com o azeite, com o bacalhau, com o açúcar, com o pão. Especulaste com a fome. Mas se o resto te tornou conhecido, te habilitou a subir, o pão é que te deu o fastígio.

Foi assim: Certo compadre teu, quando foi ministro, comprava o trigo por mil, com os dinheiros do Estado, e vendia-to por dez. Tu, do trigo mandavas fazer farinha, que vendias por dez mil, e do resto que ficava fazias pão para o Povo, que cedias, barato, a cem, para que o Povo não se revoltasse. E assim ganhaste essa fortuna, maroto! E com ela compraste os automóveis e os palacetes, as viagens ao estrangeiro e as amantes formosas. Por via dela foste director de Bancos, dono de jornais e até ministro de Estado.

De tão alto que subiste, no teu conceito e no do vulgo, julgaste-te rei e deus. Todo o murmúrio a teu respeito, consideraste-lo uma blasfémia; todo o esboço de ameaça, um sacrilégio.

E eu que te conheço os podres, eu que fui observando, de longe, a vida de devassidão que levavas, eu que me instalei ao lado da tua consciência, só para ir anotando os crimes que cometes, eu estava à espera, tranquilamente, do primeiro arrepio de remorso.

Ontem, porque um João-ninguém, um maltrapilho de barba por fazer, que quase ninguém viu, que se perdeu na multidão – que talvez não exista –, ontem, porque ele alvejou a tua *limousine* de luxo, com os zagalotes dum velho bacamarte – tu tremeste de terror, ordenaste aos teus sócios da governança que prendessem meio mundo, mandaste escrever nos teus jornais – meu brilhante jornalista! – uns artigos substanciosos sobre o crime e a «desordem que reina no seio da família portuguesa» e foste-te meter debaixo da cama, ou fugiste para o estrangeiro, pressuroso.

Ora é precisamente sobre isto que eu quero conversar contigo, sobre o pânico que se apoderou de ti, miseravelmente.

* * *

Homem, quem não deve não teme! Tens a tua consciência tranquila? Estás convencido de que o «pouco que tens» foi ganho «com o teu suor»? Então, que diabo! Acalma-te! Cheira este frasco de sais e escuta.

Há duas espécies de atentados pessoais. Os de ordem meramente individual, em que se liquidam as chamadas «questões de honra», questões de mulheres, questões de dinheiro e que têm a sua sublimação no duelo, e os que são a polarização de ódios colectivos, conhecidos vulgarmente por atentados políticos.

Ambas as espécies são bárbaras maneiras de resolver conflitos e traduzem um estado de vesânia especial, que eu, se tivesse tempo, desfiaria aqui para teu aprazimento.

Vamos colocar o atentado de que, por hipótese, foste vítima, numa destas espécies. Na primeira, por exemplo. Tratava-se duma questão pessoal? Tu tinhas roubado a mulher ao homem que te quis matar, tinhas-lhe violentado a irmã, tinhas trapaceado com ele ao jogo, não lhe tinhas pago o que lhe devias, tinha-lo lançado na miséria, despedindo-o do trabalho, ou tinhas-lhe arranjado um mandado de despejo, sendo ele teu inquilino? Em qualquer dos casos, cala-te, para que o mundo não devesse as tuas misérias morais, pois acabar-se-á por apurar que «tão bom é Pedro, como seu amo». Essa roupa suja lava-se, quando muito, na barreira dos tribunais, onde umas senhoras comadres, dando à língua, engordam com tais imundícies. Manda dizer aos teus sócios que estão no Poder que se façam desentendidos e ordena aos jornais de que és director – meu preclaro jornalista! – que não dêem a notícia.

Mas não é duma questão pessoal que se trata, coisa entre duas pessoas e que entre elas se resolve, melhor ou pior, sem que o mundo nada tenha que ver com isso? Então caímos no outro caso – no atentado político. Mas tu és um tirano, um ditador,

que fazes sofrer os povos, que os oprimes, que praticas violências, extorsões, abusos de poder? Oh! diabo! Isso é mais grave. Mas agora pergunto eu, quem te manda a ti sapateiro...? Tu que podias estar a lavrar a terra ou a limar o ferro, a brunir a madeira ou a afeiçãoar a pedra, que podias ser médico, a cortar podridões num hospital, pintor, derramando beleza numa tela, sábio estudando a vida no fundo de retortas, poeta, a cantar a natureza em liras de ouro – tu que podias ser alguma coisa de útil, porque te metes em cavalarias altas? Porque não te contentaste em governar-te a ti próprio, em ser senhor de ti próprio, em administrar, quando muito, o teu lar? Ah! meu velho, esse atentado, que eu reprovo, que eu lamento é dos «ossos do ofício». *Ad augusta per angusta*. Percebeste? Bem sei que não, que és de letras gordas; é como se dissesse – «quem não quer ser lobo não lhe veste a pele» ou «quem se obriga a amar, obriga-se a padecer». Tenho muita pena, rapaz, porque tu tens um belo arcoíris para puxar por uma enxada e ainda podias ser aproveitado nalguma coisa, mas isto da política é assim, quem se mete nela, anda sempre com o «credo» na boca...

* * *

Esta conversa, «honrado» moageiro, foi só para te distender os nervos. Agora que estás mais calmo, quase conformado, deixa-me dizer-te, à pureza, algumas verdades amargas. Tu eras um plebeu, um humilde filho do Povo e a ambição levou-te a bandeares-te com os inimigos dele e o Povo chamou-te – traidor!

Tu eras um explorado, um trabalhador, e a ganância e a preguiça levaram-te a apoderar, ora pela astúcia, ora pela violência, daquilo que não te pertencia e de que não carecias para satisfazer as tuas necessidades ordinárias e o Povo chamou-te – ladrão!

Tu, que conseguiste o monopólio da alimentação, envenenas-nos, a nós, aos nossos filhos e às nossas mulheres, dando-nos a comer lixo e teriaga, e nós, que somos o Povo, chamamos-te – assassino!

Depois disto, estranhas, que do Povo alucinado; do Povo explorado por ti, escarnecido por ti, esfaqueado por ti; do Povo bêbedo de amargura, enceguecido de miséria, incapaz de raciocinar, de distinguir que tu és só um elo da cadeia que o jugula; do Povo, montanha de revolta e dor – saia um braço desvairado, para te abater! Para te caçar na rua como uma fera bravia! Para se vingar!

Convence-te, que nem todos conseguem atingir aquele sublime grau de loucura, que amordaça os instintos inferiores, que modera os ímpetos da «besta». Convence-te que nem todos, os que afrontas, sabem esperar serenos e convictos a hora luminosa da Justiça. Muitos, – debes tê-los encontrado fitando-te torvamente – no fundo da sua ignorância, pretendem acelerar essa hora, pretendem ser os executores da Justiça imanente. São insensatos, – eu sei-o, eu sinto-o. O seu sacrifício, quando se sacrificam, é inútil. O seu esforço nada tem de meritório. Porque tu és como a Hidra, decepada uma cabeça, ficam-te as outras, cada vez mais venenosas, cada vez mais vorazes.

Mas esses que te perseguem nas ruas, como um javardo, como um tigre, não são os que mais debes temer, crê. Os outros, aqueles que sem uma arma, só por te fitarem altivamente, olhos nos olhos, te fazem tremer, desses é que debes arrepear-te mais. São os que te chicoteiam com a palavra, os que te hão-de demolir a golpes de pensamento. Esses é que têm na sua mão o fio da tua vida.

.....

Bom será que à cautela os mandes prender também. Os mastins da polícia estão a teu soldo, bem o sabes. Tens os teus jornais – meu fulgurante jornalista! – é só dizer aos sabujos que ladrem, logo a matilha acudirá ao apelido. É preciso que as prisões se encham, que transbordem. Urge que o chicote nos fustigue as carnes, a todos. Convém que os soldados nos esmaguem as faces com as botas ferradas e nos vomitem por cima vinho e sangue. E – vê lá – talvez a força, talvez o garrote. Não seria mau, para dar exemplo, para impor respeito. Achas pouco? Queres as nossas mulheres, as nossas filhas para saciares o teu cio bestial?

É aproveitar. És ministro, ditador dos abastecimentos, chefe de polícia, director de jornal

Porque um louco, à toa, atabalhoadamente, causou umas arranhaduras a um príncipe da Moagem, abrem-se as prisões para receber dezenas, talvez centenas de homens, que, se já eram criminosos, deveriam estar enclausurados, segundo a doutrina corrente, e que, se só agora se suspeita que o são, deveria haver um processo onde se fundamentassem essas suspeitas, dado que não foram capturados em flagrante delicto. Integérrimos magistrados, que não traís a vossa consciência, é este o critério jurídico?

Porque um sacripanta qualquer tem uma questão com certa criatura, que só achou razoável liquidá-la a tiro, a imprensa de informação deste país publica rotundos artigos, responsabilizando por esse acto as classes trabalhadoras, o Povo, os seus leitores e insere todos os dias o boletim clínico da «vítima», como se usa fazer com os reis. Imaculados jornalistas, que não vendeis a vossa pena, é este o critério jornalístico?

Homens de consciência, homens de bem: é justo que o algoz se disfarce em vítima? Que o crime nobilite o criminoso? Que os atizadores da desordem preguem cordura? Que as penas corruptas aconselhem moralidade? É justo? E eu serei, como supunhas, «honrado» moageiro,

A Voz que clama no deserto

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 26, 26/5/1924

Nota:

1 - Trata-se do atentado contra o industrial de panificação João Castanheira de Moura, que sofreu ferimentos ligeiros. A Moagem pretendia aumentar o preço do pão, estava em curso uma greve dos padeiros, e verificara-se uma demissão colectiva de redactores do «Diário de Notícias» em virtude da nomeação dum delegado do dono, o «honrado» moageiro, que assegurava um regime de censura interna, suprimindo e alterando artigos de acordo com os desígnios do patrão.

Carta às “Forças Vivas”

Sobre os inconvenientes de se brincar com o fogo*

Forçados!

Forçados se diz daqueles réprobos, que por seus malefícios condenam a um trabalho árduo e sem remuneração. Também se lhes chama grilhetas, por trazerem atada ao pé uma braga, que os não deixa fugir. Há ainda quem queira que sejam galerianos, por noutros tempos terem cargo de fazer mover, de castigo, as pesadas galés. Qualquer dos apodos cabe bem a vós outros, pois de forçados tendes a condição de mourejar sem ganho, só para nos bem servir; de grilhetas também, por a vossa dedicação à coisa-pública vos prender ao ergástulo dos cofres-fortes; e ainda de galerianos, pela tarefa que desempenhais com gosto, de remar sempre contra a maré.

Feita esta prática, para dissipar só a má disposição que vos viria de supor que ereis incluídos entre o vil gado dos penitenciários e dos degredados, escutai, atentamente, as amigas palavras que vos vou dizer.

Tem esta terra, no dizer de pessoas instruídas, seis milhões e tal de habitantes. Vós, as «forças vivas», sereis quando muito o *tal*, o contrapeso. Nós somos os seis milhões.

Vós tendes para falar todos os meios de publicidade: o Parlamento, a Imprensa, as sessões solenes da Sociedade de Geografia, as assembleias gerais dos Bancos, o tablado do Teatro

Nacional, as vitrinas das livrarias e até a pantalha luminosa do Coliseu. Nós não temos nada. Ou antes, temos os nossos gemidos, as nossas lamúrias de carpideiras e às vezes, raramente, os nossos rugidos de revolta, logo sufocados pelos canhões e pelas metralhadoras e o que é pior, pelas notas officiosas.

Vamos a ver se eu condenso aqui as nossas falas abafadas, ou melhor os nossos angustiados pensamentos – isto sem que a Censura que está ali a roer um osso o pressinta.

O que vos quero dizer é breve e poderia concretizar-se nesta voz:

Cautela!

Deixai, porém, que me explique.

Vós que sois uma minoria, talvez a décima parte do todo, – vós possuíis tudo, e o todo não possui nada. A alta política e a alta banca estão-vos nas mãos, o grande comércio e a grande indústria também. Ainda não monopolizastes a inteligência, mas já tendes a maioria dos intelectuais atrelados ao vosso carro triunfal.

A terra é vossa, as máquinas são vossas. É vosso o suor destilado por vós na oficina e na gleba, e vosso é também o sangue que derramamos nos campos de batalha, nas refregas das ruas, nos acidentes de trabalho.

Sois onnipotentes. Por um capricho vosso desencadeia-se uma guerra, onde nós – só nós – sofremos e morremos.

Por uma teimosia vossa declara-se o «lock out» nesta profissão, naquela indústria e milhares dos vossos ficam a devorar a miséria, a brincar às escondidas com a fome.

Vós ganhais sempre, apesar de tudo, através de tudo. Há a fome – e vós especulais com os géneros, com o trabalho, com a emigração. Há a peste – e vós especulais com os medicamentos, com a profilaxia e com os caixões dos defuntos. Há a guerra – e vós especulais com os fornecimentos militares, com o recrutamento, com o câmbio e os papéis de crédito.

Sempre a ganhar, sempre a arrecadar, quando o dinheiro é já tanto que não vos cabe nos cofres, vós ides colocá-lo nos bancos estrangeiros.

O vosso dinheiro abre-vos todas as portas – as dos gabinetes dos ministros e as alcovas das cortesãs, as da Academia e até «no final» as do céu.

Quando vos apetece ser ministros, provocais uma crise; se vos seduz a popularidade, forneceis fundos para uma revolução. És jornalista que desejais ser agora? Compra-se por junto um jornal inteiro. És foros de nobreza que pretendeis ostentar? O Papa ainda tem um saldo de títulos, que vende em conta.

Quando vos dá uma enxaqueca, as mais altas sumidades científicas acodem à vossa cabeceira. Se é o medo que vos assalta, milhares de homens ensarilham as armas, por esse país fora, de guarda à vossa preciosa pele.

Omnipotentes, mais do que os reis de outrora, vós sois Todo-Poderosos, tal como os Deuses.

E neste país de seis milhões e tal de habitantes, vós sois o *tal*, a excrescência. E nós somos os seis milhões...

* * *

Quer dizer nós somos a maioria. Vós sois as «Forças Vivas» e nós o que somos? Nós seremos talvez só a Força. E somos também o Direito. Pelo consenso unânime das gentes, há muitos séculos que o maior número é a Verdade, é a Razão, é a Justiça. Vós mesmo aceitais esta lei. Nos vossos parlamentos a maioria é que põe e dispõe, nos vossos tribunais a maioria do júri é que diz a palavra da Justiça. A vontade exprime-se por votos, por vozes.

Dois homens a falar dizem mais verdade do que um só. Que se dirá de seis milhões em relação a seiscentos?

Nós, a maioria, podemos passar sem vós – desprezível minoria. O vosso dinheiro? É inútil. O trabalho basta para gerar riqueza, isto é: prazer, bem-estar, fartura.

Pensai-o bem. Suprimi o dinheiro e a terra continuará a ser cultivada, porque o homem precisa de comer. Suprimi o trabalho e será o caos, porque o dinheiro só, nada produz.

A vossa inteligência? Se é que existe, é inútil ainda. O nosso esforço e os instintos dominantes na espécie bastariam a tudo se nós não tivéssemos no nosso seio – como temos – inteligências poderosas, irreveladas pela pressão do ambiente que lhes criais.

Com todo o vosso poderio, sois, portanto, absolutamente inúteis. E com a vossa maldade sois terrivelmente prejudiciais.

Não admitis a hipótese – aqui se explica a razão da advertência – não admitis a hipótese de ser cortado o ramo seco da árvore, cauterizada a gangrena, que pode corromper o organismo?

A vossa acanhada inteligência não prevê que a maioria, os seis milhões, poderão um dia sacudir, suprimir, os parasitários seres que sois para ela?

Vós tendes astuciosamente dividido em infinitas parcelas essa maioria; mas não poderá ela conjugar-se, formar um bloco? E então? Que será de vós?

Atendei, isto não é fantasia. Há exemplos na História, grosseiros, imperfeitos, mas exemplos. E sem irmos muito longe. A Revolução Francesa é exemplo do que pode a maioria. A Revolução Russa é outro. Reis, criaturas que se supunham e o vulgo cria, ungidas de Deus, tombaram. As classes dominantes, prestigiosas, poderosas, arrogantes, foram suprimidas ou fugiram numa debandada louca. O dinheiro, o vosso dinheiro, reduziu-se à fantasmagoria dos «assinados» e dos milhões de rublos-papel.

Sorris... É que depois de Robespierre vem Barras e depois de Barras, Napoleão, a Restauração, a Segunda República, outra vez o Império, outra vez a República com Thiers e ainda agora com Poincaré... Bem sei. Foi um ensaio, um simples ensaio.

Sorris ainda... É que mesmo com Lenin vivo, veio a chamada Nova Política Económica, Trotsky com o seu exército, Tchitcherine com a sua elegante diplomacia, o Ministro dos Soviets em Roma com os seus chás e o Embaixador russo em Berlim, com os seus pontos de honra... Também sei. É ainda um ensaio. Uma experiência. Uma rudimentar tentativa. A peça devidamente montada, com os coros afinados, com a música a

tempo, com o rigor da indumentária, com os papeis bem sabidos, virá depois, crêde. E muito mais depressa do que vós julgais.

Mas até lá não espicaceis o leão que dorme. Ele está esgotando até à última gota o seu cálice de amargura. Deixai-o. Esgotai vós também o dos vossos prazeres. Enquanto é tempo. Não vale acelerar isto. No interesse de todos. No vosso, principalmente.

Cuidado!

Quando soar a hora não será um grande abalo, será um simples transe. Torná-lo prematuro é prejudicá-lo. É prejudicar-vos a vós próprios.

Cautela!

Para quê brincar com o fogo! Deixai que o fogo arda, lentamente, por si. Dexai! Moderai-vos. Transigi. Será talvez a única maneira de vos salvardes.

Eu bem sei que alguns dos meus irmãos hã-de murmurar: - traição! Descansem, não o é. É raciocínio. É observação. É a verdade científica e histórica, a fulgurar. Ainda não soou a hora, mas vai soar breve. Forças vivas! Forças vivas! Arrepiai caminho! Para o vosso bem.

Pensai atentamente nisto: nós somos seis milhões. Ainda não há uma dúzia de anos derrubámos uma monarquia que tinha oito séculos. Se os nossos músculos afrouxarem, um dia que seja, que formidável sobressalto, que indiscutível pânico não se apoderaria de vós! E se for durante uma semana?! É, simplesmente, a fome! Vós acreditais, ou fingis acreditar, que somos maus, violentos, sanguinários. E admitindo que assim fosse, já pensastes no que representam seis milhões, três milhões, um milhão de homens?!, em fúria, sedentos de vingança, bêbedos de ódio, a matar, a talar, a violar.

Pois pensai, alguns minutos e mudai de rumo, enquanto é tempo.

Estou certo que desta vez não serei,

A Voz que clama no Deserto

P.S. – Não, este espectáculo dilacerante de loucos caçando burgueses e de polícias caçando loucos, não é nada do que vos falei¹. Estes são casos esporádicos, angustiosos fenómenos de demência. Quando nós – os seis milhões de miseráveis – erguermos a cabeça e vos fitarmos de frente, vós haveis de vos rojar no pó, confundidos, aniquilados, vencidos sem combate. Para quê a violência, para quê o sangue, para quê a morte, se assim haveis de encontrar o aniquilamento no fermentar da própria podridão!

A Voz

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 28, 9/6/1924

Nota:

1 - Alusão também às perseguições resultantes do atentado a Castanheira de Moura e ao recontro (28/5/1924) da polícia com manifestantes, de que resultaram vários mortos?

Carta a uma mulher culta

sobre a sorte de todas as mulheres assalariadas*

Minha amiga:

Pensei muito sobre a conversa que ultimamente tivemos. Dissequei depois, a frio, o seu caso moral. Procurei-lhe as determinantes e quiz entrever-lhe as consequências. Tenho já o meu juízo formado. Ouça:

A sua mentalidade, elaborada, desordenadamente, num sentido literário, desprezou até aqui os estudos sociais. A sua inteligência suficientemente robusta, para sacudir os preconceitos de religião, de casta, de família, não soube ou não pôde repudiar os prejuízos inerentes ao actual sistema económico. A sua sensibilidade, que vibra, assombrosamente, para o amor e para a dor, procurou sempre pontos de fixação, meramente individuais, sem se alargar para receber as grandes emoções que a colectividade gera. O seu mal é falta de cultura filosófica. Disse-lho. E embora pareça pretensioso, o dito era sincero e é justo.

Condenada pela Natureza a não exercer a mais alta função da mulher – a Maternidade – a sua ânsia de devoção e bem-a-querer foi-a empregando em objectos demasiados frágeis, para suportarem o amplexo dessa dedicação formidável.

Quiz amar o homem, como nunca se amara, desvairadamente. E ao acordar do seu sonho fugaz de ventura, viu a seu lado ou um títere, ambicioso, vaidoso, estúpido e grosseiro, ou um cadáver coberto de vermes. Quiz amar a ciência e não encontrou resposta às terríveis perguntas, de «porquê»? «para quê»? Quiz amar a Arte e lutou, lutou à procura da Perfeição sem a encontrar jamais. E não sei ainda porquê não se pôs a amar, de rojo, alucinadamente, a Deus.

A sua infinita capacidade para o sofrimento exagerou-lhe os seus desgostos, as suas desilusões. E entrou de declarar guerra a si própria, ao seu temperamento expansivo, à sua necessidade de acção. A exuberância das suas faculdades afectivas, reprimida, cachoa, referve e transforma o seu corpo robusto de lutadora num vasto campo de batalha, em que espírito e matéria lutando saem ambos, paradoxalmente, vencidos. É a isto que chama a sua crise, cujo termo entrevê no suicídio. Um místico aconselhar-lhe-ia a ascese, o isolamento numa cela de convento, a prática da oração e da humildade. Eu, que sou místico de diversa maneira, vou dar-lhe, porém, outro conselho.

* * *

Recorda-se de me ter dito que ia abandonar o emprego em que se encontrava – encarregada duma secção de operárias numa fábrica – por esse serviço ser demasiado violento, obrigando-a a trabalhar mais de dez horas por dia? Eu não fiz o mais leve comentário a essa afirmação, que passou incidentalmente, no quase monólogo seu, febril, que foi a conversa que entretivemos. Comento-a agora.

A minha amiga, que, embora sujeitando-se a ganhar menos do que o suficiente para as suas necessidades materiais, procura libertar-se de tal exigência, fugir ao excessivo esforço físico e à prolongada prisão que lhe impunham, pensou na sorte das suas companheiras, das operárias, que lá ficavam, que lá ficarão, a sofrer, a trabalhar, a morrer? Não pensou! Que des-

caroável egoísmo, para quem tem e alardeia uma afectividade tão intensa! Pois pense. E que a senda de indecisão onde vagueia seja a sua estrada de Damasco. Está feita a revelação. O caminho que tem a seguir é dedicar-se com a sua bela alma e o seu grande coração à causa das reivindicações económicas e sociais dessas infelizes. Ponha a sua cultura, a sua inteligência, a sua vontade outrora firme, ao serviço da mais nobre das causas - a redenção da humanidade e sobretudo da mais digna parte dela - a mulher.

Não a confrange ver essas legiões intérminas de raparigas - umas ainda rosadas e frescas, cheias de seiva, outras pálidas e fraquinhas, pendendo já para a terra - que todos os dias invadem fábricas e oficinas, estabelecimentos e repartições, mal alimentadas, mal enroupadas e que vão dar o seu esforço, a troco duns míseros cobres, para que o industrial enriqueça, para que o comerciante engorde, para que o Estado continue tripudiando? Sabe o que as aguarda a todas? A tuberculose e o vício, quer dizer, a morte prematura. Percebendo salários irrisórios, trabalhando horas intérminas em locais infectos e sempre, sempre, com a tentação do luxo diante de si, a prostituição antolha-se-lhes como a felicidade máxima, representada pela abundância e pelo descanso. E por muito doloroso que seja dizê-lo, as mais felizes são as que se deixam prostituir pelos ignóbeis patrões. Ao menos durante alguns dias, têm que comer, têm que vestir. Gozam, ainda que momentaneamente, a grosseira felicidade da satisfação dos prazeres materiais. E que mais altas aspirações podem ter essas infelizes vítimas desta sociedade, ignorantes, incultas, cedo prevertidas pelas influências do meio, pelas deficiências da educação?

E se algumas escapam à morte e à vergonha, que filhos dão depois à espécie, elas que durante o período em que o ser feminino deve ser cultivado como uma planta rara, para poder atingir toda a pujança quando da floração na maternidade, se estiolam trabalhando mais do que podem e em períodos em que cientificamente é contra-indicado qualquer esforço excessivo ou qualquer excitação?

Dizia-me há dias um irmão de armas, nesta batalha em que andamos empenhados: «Não há em Portugal mulheres militantes...» e concluía: «A culpa afinal é nossa!». E é. O egoísmo dos homens leva-os a curarem só de si, a agremiarem-se para defesa, no presente, dos seus direitos e obtenção, no futuro, de todas as regalias compatíveis com a condição humana. Não se estimula entre as trabalhadoras manuais assalariadas o espírito associativo, o sentido das relações com a colectividade. O sindicalismo nesta terra é unilateral, talvez, com mais propriedade, unisexual. Por toda a parte onde o operariado está organizado, a mulher tem o seu lugar nos sindicatos, nas federações e uniões de sindicatos, nas confederações gerais. Em Portugal não. Não revelam qualquer actividade as pouquíssimas associações de classe de mulheres operárias, que existem. Em Lisboa, onde há tanta empregada no Comércio, só uma meia dúzia de raparigas pertence à Associação dos Caixeiros. Algumas professoras estão inscritas na respectiva associação que abrange os dois sexos. Não deve ser, porém, assim. É preciso que haja associações ou sindicatos profissionais distintos para cada sexo, a fim de se seleccionarem as militantes femininas. E mesmo por que os interesses e os meios de acção para os defenderem são em regra diversos.

As mulheres que trabalham, só tinham a lucrar organizando-se. As professoras, as dactilógrafas, as caixeiras, as funcionárias dos correios, as enfermeiras, as telefonistas, as costureiras, as floristas, as bordadeiras, as figurantes de teatro, as ajuntadeiras, as empregadas nos serviços domésticos, as operárias das fábricas, enfim, todas as mulheres assalariadas, agremiando-se em corporações de classe, em sindicatos de indústria, ganhavam em prestígio e poderiam de pronto acabar com muitas explorações e vexames de que são vítimas. Agitar-se-iam ideias, disseminar-se-ia a cultura, criar-se-ia o espírito de solidariedade, tão ténue entre as mulheres assalariadas, por isso mesmo que nunca estão em contacto em organismos que a todas congreguem.

É esta uma vasta obra a erguer desde os alicerces. Não a seduz o empreendimento, minha amiga? Estou certo que lhe seriam dadas todas as facilidades, por parte dos inteligentes militantes que se encontram à frente dos organismos operários. A sua ânsia de devoção encontraria um objectivo digno, na causa a defender das suas irmãs exploradas. A sua inteligência e as suas faculdades e talentos encontrariam um exercício nobre na propaganda desta ideia. Eu sei que escreve com elegância e fala com fluência. Pois, vá! Na conferência, no jornal, no folheto, na praça pública quando for mister, e na conversa de todos os dias, sempre, - faça a generosa sementeira. A sua inteligência facilmente apreenderá o indispensável de cultura social, para as necessidades da propaganda. A sua exaltação fará o resto.

Eu poderia citar-lhe, para a estimular, os nobilíssimos exemplos de mulheres da sua estofa que se dedicaram e dedicam à nobre missão que lhe aconselho. Na França, na Rússia, na Inglaterra, na Alemanha, esses exemplos são às centenas. Não quero porém afrontar a sua cultura alardeando uma erudição fácil.

Pense um pouco no que acaba de ler e diga-me se a obra sugerida não é digna de si, do seu passado de mulher livre de preconceitos, do seu presente sem objectivo definido.

Eu poderia dirigir-lhe directamente esta carta, corolário da conversação que tivemos. Entendo que é melhor publicá-la aqui. Pode ser que outra mulher se encontre no mesmo transe em que a minha amiga se debate e assim terei conquistado duas propagandistas para a boa causa, e talvez salvado duas vidas duma morte inglória e deprimente. Oxalá que tudo se passe como espero e que não seja agora, como já me habituei a ser,

A Voz que clama no deserto

(*) ***A Batalha***, Supl.Sem. Ilust., nº 37, 11/8/1924

Carta a um industrial sobre a crise do trabalho e os perigos da redução de salários*

Tenho presente o s/ estimado favor de 1 do corrente, ao qual passo a responder.

Pede-me V.S^a. que lhe dê sinceramente a m/ opinião sobre a crise de trabalho que se aproxima e que afectará especialmente a s/ indústria. Queixa-se V.S^a. dos elevados tributos, da valorização do escudo, do horário de trabalho, etc., e põe a questão em forma de dilema: ou redução dos salários, ou diminuição dos dias de trabalho semanal. Em ultimo caso – diz desoladamente – fechará as suas fábricas e irá dar um passeio pelo estrangeiro – «até que as coisas entrem nos eixos».

Ora isto vai de mal a pior, am^o e sr., e se espera que entre nos eixos tem muito que esperar. O conselho que lhe dou, já que mo pede, é que não se ausente, nem reduza salários, nem suprima dias de trabalho na semana. Isso tudo é contraproducente. Diz que vai perder dinheiro e que não tem as fábricas para perder. Eu que sei, por revelações suas, quanto ganhou durante e depois da guerra, não abundo na mesma indignação.

Quanto ganhou, repartiu com o pessoal? Não. E agora que supõe ir perder, quer que ele participe dos prejuízos, ou melhor, que os evite, perdendo ele só? Havemos de concordar que não é justo nem é prudente.

Sobretudo não é prudente. Já pensou V.S^a. nas centenas de pessoas que trabalham nas suas fábricas e que serão atingidas

por qualquer das decisões que me apontou? Eu bem sei que não ficam na miséria; nem quero agitar aqui o fantasma da fome. Quero só dizer-lhe isto: a expectativa da fome é mil vezes mais terrível do que a própria fome. Todo o faminto é um farrapo, que qualquer côdea doma.

É uma coisa sem vontade, sem energia, desvairada pela ânsia de comer.

Compare V.S^a. agora a situação dum ser nessas condições com a de outro que tem o seu lar com o relativo e indispensável conforto, que tem a sua comidinha a horas, que tem o pão dos seus filhos assegurado e a quem dizem: dum momento para o outro vais perder tudo isto, vais ficar sem trabalho e não terás facilidades de o arranjar tão cedo, vais empenhar tudo quanto tens, vais tirar à tua boca para dares aos teus e verás ainda que eles terão de receber benefícios que humilham...

Dizer isto a um homem que seja homem, que tenha cérebro e que tenha coração, dizer isto de sorte que ele se convença que é verdade e que é inadiável, digo a V.S^a., que é transformá-lo numa fera.

A expectativa da fome, essa sim, é que gera revoltados; a fome só faz cadáveres, especialmente cadáveres morais.

Conhece V.S^a. os crimes, alguns bem recentes, de empregados que matam patrões.

Note que nenhum foi posto em prática por qualquer indivíduo há longos meses desempregado. São-no sempre por criaturas que acabaram de ser privadas do seu ganha-pão. Isto é bastante significativo. É a expectativa da miséria que lhes arma o braço. Produz-se neles, enquanto não se habituam à nova situação, um estado febril, delirante, especial, que bastas vezes se resolve no crime.

É considerando nesses exemplos, – que eu, tanto como V.S^a., reprovo – que lhe aconselho, todavia, prudência. Cautela e caldos de galinha, diz-se que nunca fizeram mal a ninguém... E homem prevenido vale por dois... Eu tenho muita idade, amigo e Sr; tenho visto muita coisa, e sei o que custa ver-se uma pessoa

subitamente privada do seu pão e do dos seus. É de perder a cabeça.

Mas a hipótese de fechar as fábricas é a última, diria. Mesmo as outras são más. Reduzir salários ou dias de trabalho semanal, que vem a dar no mesmo, causa infinitas perturbações na economia doméstica do trabalhador. Alguma coisa tem de ser reduzida. E quem tem mulher e filhos e tem sentimentos começa a reduzir por si. Se reduz no já considerado indispensável em alimentação e agasalho – breve a doença lhe bate à porta. Se reduz naquela mínima parte destinada a diversões e recreio do espírito, calcule V.S^a. a amargura que isso causa. Em qualquer dos casos o mal estar reflecte-se no trabalho e quem acaba por perder é V.S^a.

No seu próprio interesse e no interesse da sua casa, não reduza V.S^a. nada. Sujeite-se a ganhar menos. O que já ganhou o compensará.

E agora um conselho para finalizar e que V.S^a tomará na consideração que ele lhe merecer:

Procure fazer-se odiar o menos possível pelos que trabalham hoje sob as suas ordens, e pelas mulheres e filhos deles. *Isto*, mais dia menos dia, vai-lhes parar às mãos e V.S^a pode não ter tempo de fugir para o estrangeiro – se é que nessa altura ainda haverá estrangeiro...

Disponha do que é seu

Cr.do e Obg.do

A voz que clama no deserto

*A *Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n.º 50, 10/11/1924

Carta a um príncipe do jornalismo Sobre a falta de vergonha*

Alteza!

Em geito de bufonaria é este o trato a dar a grandezas de entremez. Daí a escolha, que se ajusta bem à vossa pesporrência. Príncipes são os que por privilégio de nascimento ou escolha ocupam os altos cargos de domínio, as situações lisonjeiras, e auferem os proventos que bastem para trazer a carne saciada e o espírito entorpecido.

Em V.A. concorrem todos os requisitos da estirpe: cabe-vos portanto bem o apodo, com tudo quanto tem de injurioso e ridicularizante.

É velho o dito de que o jornalismo conduz a tudo, desde que se saia dele a tempo; que ele a tudo conduz mesmo sem dele se sair, o vosso triunfo o demonstra.

Ninguém sem atingir o nível médio de talento e cultura, correntes na profissão, atingiu o fastígio a que V.A. ascendeu.

Obra de méritos, a que uns chamam habilidades, outros pouca-vergonha.

Porque, se escapa das vossas mãos um ceptro e logo outro não menos brilhante as ocupa, murmura-se que o último equivale aos trinta dinheiros de Judas e diz-se que isso é fruto da falta de vergonha. E haverá razão, Alteza?

Quem serviu a monarquia como escriba anónimo, mas como militante e cronista dos feitos do mais conservador partido do velho regime, pode aparecer agora, cerca de quatro lustros volvidos, pintado de verde e encarnado, vomitando jacobinismo? Poderia, por obra da evolução, mas pode também e sempre – por falta de vergonha.

Quem nunca demonstrou uma chispa de inteligência, em alguns anos de vida jornalística, antes na maturidade, na plena posse de conhecimentos que a prática lhe teria emprestado, se revela o rabiscador abstruso e grosseiro das «pontas de cigarro», pode ocupar de direito cargos que são dos primeiros, nos primeiros jornais? Pode, só por força da falta de vergonha.

Quem está gafado de todos os vícios do século, a soldo das grandes empresas industriais, escravizado a uma política partidária que o mantém num emprego público chorudo e num cargo rendoso em certa companhia colonial, pode blasonar de independente e incorruptível? Pode, por uma assombrosa, incomensurável, falta de vergonha.

* * *

Alteza: sabemos todos, ou quase todos, os podres dessa vida emporcalhada. Revelá-los inspiraria náusea; aludir a eles é obra de higiene. Sabemos quanto custou a traição aos amigos políticos a favor dos amigos financeiros. Sabemos dos nove contos do veraneio... esquecidos. Sabemos do ordenado a dobrar num lado e do ordenado por inteiro no outro.

E fala V.A. em dívidas! E manda dizer pelo seu «particular» de côr que foi descontar uma letra de cinco contos, para demonstrar que sai... pobre dum lugar que nunca desejou ocupar!

Talvez que os três ou quatro ordenados e o que escorria por portas travessas não chegassem. Nessas idades, mulheres como a musa-matulona que lhe inspirava em *déshabillée* a prosa soez custam caro. O luxo de levar para as termas mulher e amante, numa promiscuidade oriental, paga-se por bom dinheiro. Às

jantaradas, com a corte de capangas, em tabernas ricas – estão pelos olhos da cara... Dívidas?! Talvez. Mas é só dizer – quanto. Eles pagam tudo. Eles, que não querem ir para a cadeia e sabem que talvez irão no dia em que deixarem de pagar a mesada aos príncipes como V.A., esportulam sempre o preciso. Quanto, Alteza! Vá, em números redondos... E depois compra-se mais um arreio rico, de zibelinas, à pécora.

As dívidas, sim, admite-se. Mas a independência? A isenção? A defesa dos oprimidos? A solidariedade com os camaradas? Cebolório, Alteza, cebolório! Solidariedade só com aqueles que são «à antiga portuguesa»; com os outros o máximo desprezo, que, felizmente, é retribuído. A defesa dos oprimidos, só quando isso envolvia reclamo ou cálculo político. Isenção – com a mão estendida. Independência – com a pata dos donos a manusear a pena.

Vai longa esta. Ficaré para outra vez o complemento deste memorial sobre a falta de vergonha. Não perde a crónica de tão excelsas virtudes com a demora. E até lá, Alteza, aceitai os votos de profundo desprezo, extensivos a todos os sacripantas da vossa grei, de quem é, conscientemente, mas obstinadamente

A voz que clama no deserto

**A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 52, 24/11/1924*

Carta ao escritor Manuel Ribeiro **A propósito da sua última profissão de fé***

Sinto-me perfeitamente à vontade para comentar o artigo que, com traça de entrevista, o Sr. Manuel Ribeiro escreveu para uma gazeta burguesa. E sinto-me assim porque o conheço só através da sua obra de publicista, não lhe votando qualquer afeição ou animosidade pessoal. Creia que as minhas palavras não traduzem ressentimento antigo, despeito recente ou sequer inveja de competidor. Não sendo um militante avançado não o considero um transfuga das minhas fileiras; não sendo homem de letras, pouco se me dão os seus triunfos.

Sou – se é que sou alguma coisa – uma voz anónima, saída da anónima turba, voz apagada e sem eco, mas voz serena e sincera, que lhe vai falar com a rudeza com que usa estigmatizar os vícios dos dominados, os crimes dos dominadores.

A sua profissão de fé católica e nacionalista, feita a pretexto de definir as tendências da nova literatura, não surpreendeu ninguém pela doutrina. Impressionou, porém, pela audácia. Não por afirmar altivamente ideias, mas por atribuir a toda uma geração de homens de letras as doentias tendências dum único publicista, erguido assim a corifeu e mentor duma geração literária.

No campo onde outrora militou, não sei como terá sido recebida essa nova manifestação da sua inconsequência ideológica,

da sua versatilidade de opiniões. Não deve, porém, ter sido acolhida com espanto. Entre o povo que o leu e no seu apostolado acreditou, também não o foi. Estamos tão habituados a isso! Os exemplos são de todos os dias e daí as nossas terríveis suspeitas sempre que surge um combatente novo a terçar galhardamente as armas pela nossa causa. Em regra perguntamos: Que quererá ele? Onde pretenderá chegar? No arraial onde agora foi recebido como triunfador também não houve uma surpresa grande. Há muito que se esperava o seu público *Credo*, o seu solene Acto de Contrição, cujo tardar lhe fechava ainda certas portas e certos corações.

As suas afirmações últimas, porém, sagram-no definitivamente um convertido literário, uma dessas «colunas da Igreja» como Coppée, Huysmans, Bourget, de quem o intransigente católico Léon Bloy traçou o perfil moral e literário num livro célebre, onde se define bem o desprezo que os católicos verdadeiros nutrem pelos adventícios, que usam da religião como dum bombo de feira – para chamariz.

A adesão às doutrinas nacionalistas é o complemento da conversão. Sem ela, porém, poderia supor-se que o seu caso era um simples caso patológico, mania mística, produto duma sugestão forte, num espírito facilmente impressionável; com ela temos que acreditar no cálculo. Infelizmente.

* * *

Vou comentar algumas passagens do longo artigo, tufado de palavras inúteis, a que, modestamente, o Sr. Manuel Ribeiro chama uma rápida entrevista.

Depois de deblaterar umas banalidades sobre o existente em literatura, diz o artigo: «Daí o retorno ao idealismo, à religiosidade e a novas fontes de emoção espiritual, que a *alma dorida dos últimos anos de sofrimento e de provação* reclama com força. A guerra, provocando a falência de tantas ideologias, perante a terrível evidência dos factos, veio pôr em cheque as

correntes do pacifismo deduzidas das teorias optimistas do progresso social.»

O sofrimento entre os homens é património e herança secular. *As recentes provações* nada mais são do que um simples incidente, na longa história da dor humana. *A contrario sensu*, o Sr. Manuel Ribeiro afirma que *a guerra pôs em cheque as correntes pacifistas*, quando, na verdade, ela foi, até hoje, o mais poderoso argumento a favor delas.

Adiante diz, com ênfase e mal disfarçada jactância: «Tenho tentado em arte, sem grandes recursos, mas com o nobre entusiasmo duma crença sincera, *uma espécie de mística da acção fundada inteiramente na dinâmica da fé.»*

Então aqueles infelizes plágios da obra de Huysmans, acrescentados aqui e além dumas ingênuas notas de arqueologia, de liturgia, de hagiografia, sem nada de original, sem nada de humano – são *uma espécie de mística da acção fundada na dinâmica da fé?*

Então a banal trilogia, escrita numa linguagem incolor, monótona, fatigante, com seus erros de gramática à mistura, pois o autor não sabe conjugar os verbos no subjuntivo, especialmente nas formas compostas – *é espécie de mística da acção?*

Então os erros litúrgicos e exegéticos, daquela liturgia e daquela exegese, que, por muito comezinhas, não andam nos livros dos doutos beneditinos, donde foi copiado o resto, aquelas barbaridades de custódias em sacrários, onde – aprenda – só se encerram as píxides com as partículas consagradas – *são a dinâmica da fé?*

Depois de se comparar a Papini, esse segunda edição do Leo Taxil, refere-se o Sr. Manuel Ribeiro depreciativamente a Huysmans, o homem a quem deve literariamente tudo. Que falta de gratidão e de... caridade cristã! Então o Sr. apropria-se-lhe dos títulos e das ideias, copia-lhe os livros, quase palavra por palavra, e nega que tivesse recebido fortes influências da obra dele, recordando até, jesuiticamente, que Eça copiou muito melhor a Flaubert?

O Sr. que até cai nos mesmos erros do seu predecessor, pois Joris Karl Huysmans claudicava também muito no catecismo e nunca soube distinguir o dogma da Imaculada Conceição do mistério da Incarnação, é o Sr. que vem apodar esse esplêndido comerciante de *espírito medieval* possuidor dum *estilo áspero e enferrujado!*

* * *

O Sr. Manuel Ribeiro acusa aqueles que considera dominados por «preconceitos anti-religiosos» de recearem «que a moral evangélica da bondade e da fraternidade possa ser tomada como bandeira de escola». Não sei se essa moral é tomada por alguém como bandeira de escola, só sei que no seu caso, ela pode ser tomada como tabuleta de loja, o que é muito pior.

Depois de pretender demonstrar, louvando-se nas opiniões do *profundo* Gustavo Le Bon, que o estudo das religiões comparadas é insuficiente para dissipar as crenças religiosas, condena todos os sistemas filosóficos, porque eles... só oferecem argumentos! Preferiria talvez orações.

Um sacristão não raciocinaria melhor, mas todos os doutores da Igreja, todos os grandes teólogos raciocinam ao contrário, pois há séculos que andam rebuscando, primeiro na filosofia, depois nesta e na ciência, argumentos a favor da fé.

A seguir o Sr. Manuel Ribeiro mete a foice na seara abundante do «nacionalismo», do «tradicionalismo inteligente», «da revinculação moral do português à terra», da «compreensão do sentimento da nacionalidade», tal como os quer o Sr. António Sardinha do Integralismo Lusitano, *único* homem de letras português que o Sr. cita num artigo sobre as tendências da nova literatura!

Para a religião Huysmans, para a filosofia Le Bon, para o racionalismo Sardinha!

Dignos mestres e fornecedores de ideias para quem as vende a retalho.

E Sardinha copiado por Ribeiro dá isto: «Não há uma nacionalidade como esta em que deflagrassem tão maravilhosamente, sob a pressão mística da fé, os prodígios surpreendentes que esmaltam a existência deste grande país». O que vale é todos os nacionalistas serem assim...

Já quase no fim do artigo a *espécie de mística da acção* transforma-se em *espécie de sociologia artística*, e diz o autor: Tendo, como disse, tentado *uma espécie de sociologia artística*, em que a hegemonia pertence às forças do espírito, e *afirmado desassombradamente o primado espiritual da Igreja católica, portadora do verbo cristão, etc.*»

Acabemos com isto. Ninguém poderia responsabilizar o Sr. Manuel Ribeiro pelas opiniões dos personagens dos seus romances; agora, porém, que declara publicamente perfilhar os conceitos dos protagonistas deles, todos têm o direito de comentar a sua coerência, a sua sinceridade. É desse direito que uso e desde já lhe digo que se acredito na sua incoerência, acredito também na sua falta de sinceridade.

Converteu-se o Sr. Manuel Ribeiro? Dizem que sim uns, e até contam a história dessa conversão, demasiado romântica, para ser verdadeira. Outros vêem na sua atitude um estado de fascinação transitório, operado pelas pompas religiosas, pela aparente poesia mística do cristianismo e crêem que o Sr. poderia dizer como Huysmans, em «L'Oblat»: «Je suis le morphinomane de l'office». Eu não penso, porém, assim. Qualquer desses estados de alma, a ser sincero, levá-lo-ia a uma maior humildade, a uma maior renúncia das vaidades do mundo, podendo até conduzi-lo ao esquecimento dum claustro. A sua atitude é calculada, quiz conquistar uma sociedade que durante muito tempo o repeliu, graças às suas ideias. Desfez-se dessas ideias, adoptou as da sociedade em que pretendia viver e refinou-as, fazendo delas cartaz para reclamar a sua pacotilha. Só assim se compreende que o antigo propagandista avançado, desde que mudou de ideias não se tivesse

remetido a um discreto silêncio. É que há um dilema a que nenhum homem digno pode fugir – ser coerente ou desaparecer.

Assim, pensa, quem sabe ser, porém,

A Voz que clama no deserto

**A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n.º 55, 15/12/1924

Notas:

1 - Manuel Ribeiro (1879-1941), jornalista e escritor. Foi colaborador do semanário *O Sindicalista* (1910-1915) em cujas colunas defendeu que o sindicalismo se bastava a si próprio, contestando o posicionamento anarquista de Emílio Costa, em *Terra e Liberdade*. Em *O Sindicalista* e depois em *A Batalha* teve uma coluna intitulada “Na Linha de Fogo”. O entusiasmo suscitado pela revolução russa levou-o a integrar a Federação Maximalista em 1919, sendo director do seu órgão na imprensa *A Bandeira Vermelha*. Quando a Federação Maximalista se extinguiu dando origem ao Partido Comunista, Manuel Ribeiro aderiu a este. Alguns anos depois converter-se-ia ao catolicismo e é esta viragem que suscita o artigo de Jaime Brasil.

Carta ao Senhor D. Manuel de Bragança sobre a peregrinação monárquica a Roma*

Meu Senhor :

Permita-me V.M. que como seu ex-súbdito me sirva deste meio para ser escutado pelos seus augustos ouvidos, já que não me foi possível ir a Roma disfarçado de peregrino, prostrar-me aos pés de V.M.

E se me atrevo, Senhor, a levantar os olhos para o Sol que se pôs no Hotel Excelsior, é porque sinto a necessidade de dizer ao meu ex-rei, como aquele oficial piteireiro lhe disse no célebre jantar de Belém - V.M. anda muito enganado! Enganado como Rei e vassalo do Papa e não como homem, pois desde o «perpétuo engano» da Gaby não me consta que tivesse tido sequer ocasião de ser enganado.

Com aquela santa ingenuidade, que fazia com que as açafatas, quando V.M. era menino e moço e tocava à maravilha rabeça, dissessem desdenhosas: - «Mariquices do senhor Infante!», meteu-se V.M. em Roma sob o ténue disfarce da sua fé católica, para aí, de gorra com os deputados da Associação de Classe dos Senhorios e com as canastras aposentadas, concertar esta coisa simples - restaurar a monarquia em Portugal.

Salvo o devido respeito, V.M. deu bota. As coisas não se fazem assim, meu Senhor. E se não fosse o receio de ferir com um

plebeísmo pé-fresco os augustos ouvidos de V.M. diria que V.M. ficou sujo.

V.M. contou com a inteligência dos conselheiros Pachecos, com os interesses – confessados ao menos uma vez cada ano pela Páscoa da Ressurreição – dos deputados dos senhorios; com a lamechice das canastras, com a imbecilidade da 3ª classe, daquela 3ª classe vestida de fato preto, junto da qual regressou a Lisboa um autêntico cavaleiro da Coroa de Itália; – com o que V.M. não contou foi com o Papa, foi com os bispos.

V.M. que nunca foi de muitas sabenças ignora ainda que o Papa é maçónico, que os bispos são maçónicos, que isto tudo está nas mãos da Maçonaria e do bolchevismo. Que lúcida inteligência tem, meu Senhor!

Pespegou-se V.M. em Roma mais a sua augusta mãe e a sua esposa, duplamente augusta – mas de quem ninguém fala, – e esqueceu-se de pedir licença ao Geral dos Jesuítas. Aí é que V.M. errou quadradamente. Pretendia V.M. fazer umas combinaçõeszinhas com os seus fiéis ex-vassallos e o Castro, o *Avanti Signore di Castro*, esse ingrato, esquecido do bem que o pai de V.M. fez ao tio e a ele próprio, cortou-lhe – perdoe meu Senhor – as vazas. E V.M. ficou só sendo um vago Conde de Ourém, entre a multidão de forasteiros da velha Roma.

E tão duro foi o castigo aplicado a V.M. por essa terrível Cúria Romana, que o Rei Fidelíssimo foi corrido da tribuna reservada às pessoas reais, na Basílica de S. Pedro, no dia da canonização da «Santinha Teresinha». Isto não dizem os simpáticos rapazes, que foram a Roma fazer a crónica escandalosa da peregrinação e que entre os factos mais notáveis da viagem notaram... a carestia da aguardente em Espanha. E não dizem porque quando levam a mão à cabeça, ainda encontram a falta da *prima tonsura* e não querem ficar mal com a Cúria por amor de el-rei, nem mal com el-rei por amor da Cúria. Todavia a verdade é que V.M. foi corrido, que o dizem os jornalistas que não tiveram de vestir o burel de peregrinos, para fazer reportagens do grande pagode que é isso do Ano Santo. V.M.

assistiu à cerimónia da canonização da tribuna reservada à família da canonizada, enquanto em outra tribuna, a das famílias reais, representantes de 24 dinastias assistiram à cerimónia com as honras inerentes. E não me diga V.M. que esses eram os representantes de famílias reinantes, pois estava lá a Casa Real de França que, graças a Deus, reina tanto como a de V.M.

Ah, meu Senhor, no meu coração de patriota esta desconsideração calou fundo! O «rei fidelíssimo», herdeiro daqueles monarcas que tanto contribuíram para «dilatam a fé» – corrido em osso pelo Santo Padre!

E não foi só a injúria que o bispo de Roma – chamemos-lhe assim, para lhe tirar importância – esse «servo de Deus» ou «servo dos servos de Deus» como a si próprio se chama, teve a audácia de fazer a V.M. não foi só ela, o que me indignou. Até o *Duce* pensou em mandar pôr V.M. na fronteira, por indesejável! E V.M. que esperava poder copiar-lhe o figurino quando se organizasse o gabinete dos senhorios...

Recordo neste momento os ilustres antepassados de V.M., os que usavam montante e não se deixavam montar pelos legados da Cúria. Ah, Afonso Henriques, se fosses vivo, – que calor não apanharia a Santa Sé!

O pior, meu Senhor, é o que hão-de dizer os bolchevistas. Hão-de dizer que Tchitcherine tem mais prestígio do que um neto do Barbadão. Hão-de demonstrar que o Carlos Rates se fosse a Roma, conseguiria muito mais do Sacro-Colégio do que oito séculos de tradição católica. E o que dirão as canastras? O que escreverá Nemo! São capazes de inventar que foi por inépcia de V.M. que a peregrinação monárquica, acabou por se transformar numa peregrinação católica.

Acusá-lo-ão de os ter obrigado a ganhar as indulgências do Ano Santo, quando o que queriam era ouvir da augusta boca de V.M. o – corro a salvar-te! E nos chás elegantes, nas récitas de caridade, nas redacções apostólicas, nas sessões do Conselho Supremo da Causa, – continuará a chamar-se a V.M. – burro.

Isto custa, meu Senhor. Custa sobretudo ao meu coração de 3ª classe. A 3ª classe, não é reservada, nunca é reservada, o que tem a dizer diz! Custa-lhe a perceber as coisas, mas quando as percebe – arreia a canastra, com licença de V.M.

E depois dos fiéis ex-vassallos de V.M. lhe chamarem – burro, a 3ª classe que pensa pela cabeça da 1ª repetirá em coro – buurrrro!

E só eu meu Senhor, me permitirei dizer com todo o respeito que V.M. é simplesmente – tolo. Mas não o ouvirá V.M. porque eu sou, afinal

A Voz que clama no deserto

*A *Batalha*, Supl.Sem.Ilust n.º 80, 8/6/1925

Carta ao Povo **sobre os malefícios do próprio Povo***

Povo, MEU IRMÃO:

Há verdades que amargam, mais a quem as diz do que a quem as ouve. Esta, por exemplo, tem um travo de fel angustioso: – o Povo é mau. Dói pensá-lo e dói mais escrevê-lo. É preciso ganhar coragem para o dizer sem chorar. Mas o Povo é mau, profundamente mau...

É preciso definir o que seja Povo?... Parece que não. Nós, os do povo, bem nos conhecemos e os outros conhecem-nos melhor do que nós.

Pois bem, desfaçamos a lenda das virtudes do Povo, da bondade do Povo, lenda que o cristianismo parece ter criado e que os iluminados da Grande Revolução e do Liberalismo avolumaram. Os libertários encontraram a lenda feita dogma e acreditaram nela. Daí o erro de muitos, que lhes chamam a eles, só por isso – utopistas.

O homem nasce bom? Nasce mau? Sabe-se lál... Não nos percamos nessa velha querela filosófica, que pouco interessa. O que o homem é – é mau. E mais do que qualquer outra casta, a do Povo, a da Plebe – é má. São boas as outras? Não; não são, porém, piores.

Não murmures censuras, leitor amigo, por te falar em castas. Elas existem. Tu sabe-lo, pertences até a uma e tens o cuidado de não te confundires com as outras... ou não tens.

No princípio não havia castas, éramos todos – Povo. Veio depois a selecção pela força ou pela destreza e depois pela riqueza. Assim se geraram as aristocracias, pelo poder da hereditariedade. Hoje, os representantes dessas aristocracias são uns farrapos, ridículos, frustes fins-de-raça – não contam. Com os despojos do seu fasto e as pretensões da sua filáucia se adornou o povo, constituindo essa torpíssima burguesia que predomina na sociedade capitalista e que possui a maldade natural do povo, elevada ao máximo.

Hoje, voltámos a ser todos, novamente – Povo. A Democracia tem, na maior parte do mundo, a sua realização perfeita. É o Povo quem governa, quem administra, quem orienta. Os políticos, os financeiros, os comerciantes, os industriais, os magistrados, os militares, os eclesiásticos, são – Povo. Neguem-no lá!

Ora sendo o Povo o senhor disto tudo, pois até é ele quem domina na ciência e na arte, contra quem havemos nós, os do Povo, de brandir o archote da nossa revolta, arremessar o chuço do nosso protesto? Por um estranho e aflitivo paradoxo, contra o próprio Povo! E assim, em vez de oprimidos contra opressores, ricos contra pobres, explorados contra exploradores, fracos contra fortes – há – profunda ironia! – Povo contra Povo.

À luta, pois, meu detestado irmão, Povo. Dilacere-se embora a alma ao ver desaparecer os últimos farrapos de ilusões duma mocidade romântica; fique a sangrar o coração, por perdermos o último amigo, o irmão querido; mas diga-se, através da dor e do medo, aquilo que é ou se julga ser – a palavra da verdade: – Povo, meu inimigo e meu irmão, tu és mau! Todo o mal que existe se gera e puja e floresce em ti. Toda a dor és tu quem a cria, consciente ou inconscientemente. Tu és o político que ordenas as violências, que fabricas as leis infames, que provocas as guerras.

És o chefe das diversas religiões e o intérprete dos textos basilares delas, de que te serves para oprimir consciências e fazer à sombra da fé toda a sorte de prepotências. És o general que planeias as batalhas, os saques e as execuções em massa. És o financeiro que joga na Bolsa com a fome de todos, o comerciante que a todos envenenas, o industrial que a todos exploras, desde o operário ao rei. És o sábio que não minoras o sofrimento dos teus semelhantes. És o artista que guardas avaro os tesouros da beleza, só para os que melhor te pagam.

Não és, porém, só isto. És também a besta do eleitor, que a troco duma tigela de vinho ou da promessa dum emprego, dás o voto que alcandorará o político. És o crente que alimentas com práticas ridículas e dádivas fartas o culto e o clero. És o soldado grosseiro e feroz, que fazes a guerra pelo prazer de matar, sem saberes sequer por que te bates. E se não és financeiro, comerciante ou industrial, és escravo deles, ou empregado, como dizes. És tu – às vezes com mais zelo do que eles próprios – quem lhes aumenta os capitais, trabalhando mais do que podes e melhor do que deves. E antes de seres sábio e artista és estudante e pretencioso, cultivando a *tradição* e a brutalidade – o mal.

* * *

As profissões mais infames, as mais incompatíveis com a dignidade humana, exerce-las tu, Povo. Ora carrasco ou polícia, ora penhorista ou explorador de mulheres, toda a escala da degradação da espécie a preenches tu.

Tu fabricas os canhões e as espingardas de que o Estado se serve para nos oprimir a todos e fabricas as bombas explosivas de que te serves para fazer a vontade ao Estado e nos comprometer a nós.

Queres maiores demonstrações da tua maldade? Queres que enfileire aqui os argumentos, pelos quais se verifica que tu e só tu és o responsável pelo existente? Duvidas que um gesto teu baste para transformar *isto*? Pois experimenta a fazer esse gesto,

a dar esse passo para o Bem, para o Amor, para a Justiça, para a Verdade... Verás como tudo se modifica, como se recolhe ao seu antro o mal tenebroso.

Não fazes, porém, esse gesto. Por ignorância, dizem. Por covardia e por maldade é que é. Milhares de apóstolos deram já a sua vida, o seu cérebro e os seus nervos, pregando a palavra da Verdade. Porque não os seguiste? Porque, doente de medo e de miséria, achaste mais cómodo ficares onde estavas, ora jubiloso por oprimires os outros, ora escravo, aguardando com ânsia o momento de oprimires também, tu ou os teus filhos. Porque a tua preversidade vai ao ponto de refocilares uma vida inteira na degradação, esperando que o teu filho, que cultivas para ter uma condição social diferente, superior, à tua, seja por sua vez um *senhor*, como tu não pudeste ser.

Abomino-te assim, povo, meu inimigo, por culpa de quem padeço todas as dores e todas as afrontas. A minha inteligência não te compreende e só te concebe para te detestar, mais - para te desprezar...

...o meu coração, porém, plebeu e humilde, habituou-se a amar-te, como a um pai, a um irmão, a um amigo. Quero-te bem de dentro e admiro-te no teu assombroso sacrificio, porque tu sofres também. Simplesmente, sofres, mas não sentes. Porque se sentisses, meu pobre irmão enganado...

.....

Releio este solilóquio de louco. Arrependo-me de o ter escrito. Releio-o e considero que ninguém o escuta, porque sei que sou, verdadeiramente,

A Voz que clama no deserto

**A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 90, 7/8/1925*

Carta a um negro, sobre a escravatura*

Meu Irmão Escravo:

Jungidos ao mesmo carro triunfal do capitalismo, tu e eu recebemos os mesmos vilipêndios, somos vítimas das mesmas extorsões. A nossa inteligência, o nosso suor, o nosso sangue, são utilizados, igualmente, pelo Estado e pelo patrão, pelo branco como tu lhes chamas, em seu exclusivo proveito.

Somos iguais em tudo: na ignorância em que nos mantêm e de que só à custa de inenarráveis sacrifícios nos escapamos; nos vexames que nos infligem, entre os quais avulta o de nos roubarem as nossas companheiras e as nossas filhas, quando lhes apetece cevar o cio nelas; no abandono a que nos votam quando, velhos e doentes, já não podemos produzir o que a ganância deles exige.

Somos iguais em tudo, hemos de ser também solidários. Dá-me as tuas mãos, meu camarada de pele negra e alma clara, para que as estreite.

* * *

Iguais, iguais, não. Há uma pequena diferença entre nós. Eu hoje, se quiser, posso deixar de trabalhar para os enriquecer. Tenho o direito de morrer altivamente de fome, de braços cruzados, fazendo-lhes um manguito. Tu, não!

É que eu sou para eles o *peçoal*, ou a *canalha dos operários*, ou a *malandragem sindicalista*. Tu, meu pobre irmão negro, és simplesmente – a *mão de obra indígena*. Ser *mão de obra* é ser menos do que cabeça de gado, é estar abaixo de coisa.

Tu és compelido a trabalhar; eu não sou. Sou-o, porém, forçado pela fome, e pelas necessidades minhas e dos meus. E eles bem o sabem.

Tu tens a terra úbere e a floresta virgem. Tens o alimento garantido e a guarida certa. És simples, pouco te basta para viveres em plena natureza. Eles bem o sabem também.

E por isso, não te podendo render pela fome, rendem-te pela violência. Caçam-te na floresta, como às feras; incendeiam as tuas palhotas, destroem as tuas culturas, roubam os teus gados; e exigem-te impostos, para te obrigarem a obter dinheiro. E em levás, ou rebanhos, exportam-te, miserável *mão-de-obra indígena*.

* * *

Nos tratados internacionais e nas concessões às companhias magestáticas, figura sempre a cláusula da concessão da carne humana, da *mão-de-obra*. És negociado, por eles, com uma simplicidade enorme. És uma mercadoria. És vendido, alugado, emprestado, trocado.

Vais para as minas do Rand, para que os ingleses se dignem utilizar o porto e caminho de ferro de Lourenço Marques; vais para as roças de S.Tomé, para que qualquer José Bonifácio seja marquês e nababo.

Vais por uns tantos anos e é-te assegurado um determinado salário. Tens direito a repatriação, se não te deres bem, e a assistência médica, quando estiveres doente. Simplesmente, no fim desses anos, se ainda és vivo, *voluntariamente* és contratado de novo e do miserável salário que dizem pagar-te dão-te uma parcela mínima, depois de descontadas infinitas alcavalas. Dessa parcela *eles* ainda te tiram a maior parte, aproveitando-se da tua ingenuidade, impingindo-te uns farrapos e umas bugigangas. E tu re-

gressas ao sertão, doente e exausto, com o preciso só para pagar o imposto de palhota. Quanto a repatriação, é uma lenda e a assistência médica uma vigarice.

* * *

Depois, quando alguém diz que és escravo, que nas colónias portuguesas se pratica a escravatura, os patriotas indignam-se. E argumentam que a avidez das potências inventa calúnias para se apoderar do «nosso património colonial». Como se conviesse às potências, a todas, que uma delas dispuzesse de tão extensos e férteis territórios. E mesmo se isso conviesse, não seria preciso inventar calúnias e fazer campanhas jornalísticas e memórias inúteis, quando um simples acordo internacional bastaria para tirar a Portugal o que indevidamente usufrui.

Calúnias?! Mas, esses miseráveis serão capazes de negar que os soldados negros e os trabalhadores das minas e das roças, a *mão-de-obra*, são escravos? Serão capazes de negar que pela violência e só pela violência obrigam a tua raça altiva a servi-los, até às máximas degradações? Serão capazes de negar que não te pagam e que a troca do teu exaustivo trabalho de anos te dão uns papéis falsos e inúteis, que logo outro vampiro te vai arrancar a título de imposto? Serão capazes de negar que dispõem a seu talante da carne das tuas mulheres e filhas, para as suas sádicas devassidões? Serão capazes de negar que te retalham o corpo a cavalo marinho, quando adivinham em ti um simples pensamento de rebeldia?!

* * *

O argumento-base, o argumento que eles julgam irresponsável é que nas outras nações coloniais também se pratica a escravatura. E cita-se principalmente o exemplo da Inglaterra na Rodésia. Ninguém ignora que isso é verdade, como é verdade também praticarem a escravatura, mais ou menos atenuada, a França, a

Bélgica, a Holanda, a Itália e a própria Espanha, de tão limitado domínio colonial.

Isso prova simplesmente que o Estado é o mesmo em toda a parte e que nem as nacionalidades nem os regimes imprimem carácter à instituição. É que Portugal procede agora nas suas colónias, tal como procedera no tempo da monarquia, se é que não é pior.

Há uma excepção porém a abrir, para com a Inglaterra. Os ingleses têm pelo negro o mais afrontoso dos desprezos. Não o consideram gente; tratam-no porém como a um animal, alimentam-no convenientemente e não lhe fornicam as mulheres.

Os portugueses, não. Exploram o negro o mais que podem, não lhe pagam e não lhe dão, sequer, de comer. Em troca, civilizam-no. Civilizar para eles significa sifilizar-lhe as mulheres e por elas toda a raça e alcoolizar os homens, incapacitando-os, a todos, para a vida do pensamento.

A obra da colonização portuguesa resume-se a isso. Em vez de escolas, criam missões e missões religiosas, para que o ópio da religião ainda embruteça mais.

Eu, que desejaria ser negro, meu irmão de África, para que aqueles que chicoteio aqui mais se indignassem ao rasgar a máscara do meu anonimato, encontrando por detrás dela um carão tisonado, de alvos dentes agudos e olhos chispando, a fim de, no seu preconceito, sentirem mais fundo ainda os golpes deste azorrague, eu, que desejaria ser negro, para te ir pregar, sem que desconfiasses de mim, a revolta – eu tenho um grande horror aos negros, a alguns negros. É a esses pretalhões ignóbeis, que dizem ser doutores e andam por aí fedendo a catanga e a política, a esses que formam os partidos e vão aos congressos e que já anunciaram nos jornais que irão a Genebra declarar que tu, meu pobre irmão desamparado – não és escravo¹.

Para esses miseráveis, réus da pior das felonias, reivindico altivamente o meu orgulho de branco e empunho, para os zurzir com desassombro, o meu chicote de senhor.

Ah, meu pobre irmão escravo! Enquanto não despertas e não te resolves a escorraçar os bandidos que te exploram e afrontam e que são da minha cor, deixa que eu atire um escarro de infinito desprezo àqueles que são indignamente da tua.

Perdoa este desabafo. Perdoa e crê que isto são só palavras, palavras dum'

A Voz que clama no deserto

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 93, 7/9/1925

Nota:

1 - Refere-se a um recém formado (espúrio) Partido Nacional Africano que com o patrocínio das autoridades portuguesas assumira a incumbência de defender a colonização portuguesa em instâncias internacionais, onde ela era severamente criticada.

Carta a um provinciano sobre a festa dos mercados*

Meu caro :

Modera esse ingénuo entusiasmo. A carta que me escreves sobre a festa dos mercados, faria rir quem não conhecesse a singela fé que conservas, sobre as virtudes da democracia, o culto do trabalho, a exaltação do povo. Ficou-te a balda de quando menino e moço andavas de terra em terra pelos comícios, delirante com os tropos inflamados dos tribunos. Foste então, recordo-me, republicano, federalista, com uns fumos de socialismo, e liberal, liberalão às direitas. O teu desprezo pelos reis e pelos padres era uma coisa épica. Bons tempos!

Hoje, velho e com obrigação de estares desiludido, ainda o teu orgulho de plebeu, de pé-fresco extreme, se afervora para elogiar a tal festa dos mercados, que consideras a «homenagem de Lisboa à província que trabalha» e a «apoteose do Povo humilde e laborioso». Ingénuo! Nesse teu recanto aldeão, mal chegam os ecos do que por cá vai e a gazeta que lês, para saber as notícias do mundo, envenena-te com falsidades, tão repugnantes como o pão que os donos dela nos fornecem a nós.

Pedes a minha opinião sobre a festança, que julgas ser a realização daquilo que tu e os do teu tempo sonharam como «a grande festa de consagração do trabalho»? Pois ela aí vai, sincera e rude, como tudo quanto digo.

A festa dos mercados é uma mistificação ridícula e uma afronta aviltante. Fruste macaquear de coisas que lá fora se fazem, não é espontânea nem original. Será – se chegar a realizar-se – a consagração do novo-riquismo sórdido, feita pelo novo-riquismo que pinta as unhas, para lhes tirar o aspecto de garras. Iniciativa da judiaria da alta-banca, da moagem e do honrado comércio, será a homenagem da aristocracia do roubo à gatu-nagem miúda das varinas e colarejas.

O povo, verdadeiramente povo como tu e como eu, esse não se associará ao preito a prestar a quem o explora, com uma desfaçatez nunca atingida pelos outros exploradores.

Tu sabes ao menos que tropa é essa dos mercados, a quem querem festejar? Se vivesses em Lisboa, terias por ela a repugnância que eu tenho.

Imagina um labrego ou uma labrega, vindos aí de cima, estúpidos, ignorantes, sujos, feios. Chegam a Lisboa e instalam-se com um lugar na praça ou no mercado do peixe. São logo comerciantes. Não têm, como os outros, estabelecimentos, empregados, contribuições, mas ganham mais do que eles. Digo-to eu, que não morro de amores pelas forças vivas organizadas. Ganham mais!

E ganham assim, por exemplo, as peixeiras: compram um caixote de peixe, quantas vezes quase podre, por uma bagatela. Distribuem a fazenda pelas canastras e elas aí vão pela cidade, ululando que nem feras os incríveis pregões.

Queres comprar uma marmota ou uma dúzia de carapaus? Pois já verás. Chama a megera do alto da tua trapeira pobre e ela regougará:

Se quer, venha cá abaixo e não se demore!

Tu vais e apreças uma pescadinha, daquelas que custavam antigamente um pataco, e a bicha, com muito mau modo, ruge:
São trinta mil reis!

E tu ou dás o dinheiro à ladra ou regateias até onde chegam as tuas posses. Ela, ou por o peixe estar podre ou por ter pressa

de ir para o regabofe, dá-te muitas vezes por três aquilo por que pedira trinta!

Nos mercados é a mesma coisa. Por qualquer folha de couve murcha ou pera sorvada pedem-te uma fortuna e enchem-te de impropérios se te atreves a achar caro.

* * *

É a esta corja que a burguesia vai prestar homenagens! Mas a burguesia está bem; o povo é que não. O povo não tem o direito de ir festejar uma gatinha que o explora e vexa, afrontando-o com o seu luxo de entremez. Porque, tu sabes, todo o ganho dessa malta dos mercados vai para os cordões de ouro e outras bugigangas semelhantes. Não tem qualquer aplicação que, adentro do existente, fosse até certo ponto beneficiar a colectividade.

Nem a empregados pagam, esses mercantes de má-morte. Para os servir, mandam buscar à terra rapazes e raparigas, a quem dão a comer sobejos e que por única recompensa são industriados na arte de furtar, isto é, de fazer negócio.

Vivem em prédios luxuosos, que breve transformam em pocilgas imundas, e pagam por todo o preço os trapos de seda e veludo com que se mascaram de gente. As suas frescatas são de arromba e não pouco contribui para a vida cara essa ciganagem, que não olha a despesas, quando se trata de luxar.

Pois é esta escória, que deixou de ser povo, para contraír todos os vícios da burguesia, que as gazetas a soldo de todos os exploradores andam agora a turiferar com lugares comuns sedições e rodriguinhos de trazer por casa. Traduziram os foliculários em calão o que lá fora, especialmente em França, se faz, elegendo rainhas de beleza, por bairros e profissões, premiando ora a formosura do corpo, simples acidente da vida, ora a bondade da alma, o espírito de resignação ou de sacrifício. Lá, é frequente uma costureira ou uma dactilógrafa, que com o seu trabalho sustenta pais velhos e educa irmãos pequeninos, receber uns francos, como prémio das suas virtudes. Isso, vertido pelos escribas es-

cravizados à finança e às forças vivas, diz a eleição duma rainha, que será a mais anafada e desbragada regateira, das que devoram o pobre povo da cidade.

Falas-me também no «culto rendido à beleza sadia das mulheres do povo». Queria só que apreciasses de perto essa beleza... É de fugir!

Essa lenda da beleza das varinas tem de acabar. Ponhamos de parte a sordidez delas, o fartum que exalam, a grosseria das expressões, e ficará ainda uma coisa que parece um homem, de voz rouca e músculos estriados, feições duras, vincadas pelo rictus da ganância, e muitas vezes de bigode e pera. As profissões imprimem carácter e a de explorar o próximo mais do que nenhuma outra.

Não, meu velho, isso da beleza sadia é uma treta. Haverá entre a matulagem dos mercados uma ou outra mulher que, lavada, não repugne. Isso dar-se-á porém por excepção, por acidente. Em conjunto, são uns monstros, com manábulas de *boxeur* e chapelinho de pelo.

Espero sinceramente que, quando a tal *rainha* atravessar a cidade, seguida da corte de petimetres, que decerto não andam nisso para bons fins, o povo a vaiará, por dignidade. Tem de ser. Quem expulsou uma rainha, que ao menos era mulher e bonita, não suportará decerto essa realeza de entrenez, essa entronização fantasiosa da primeira mondronga que o acaso indique para simbolizar as da sua igualha.

Ah, meu caro e ingénio provinciano! Tu aferes pelo estalão que tens à vista todo o povo. Exaltadamente pensas na cachopa fresca e simples que encontras de cântaro à cabeça nos teus passeios de meditador contumaz. As de cá não são assim, porém. A cidade contaminou-as de todos os vícios e a crise que se sucedeu à guerra tirou-lhes a moral natural que praticavam.

O espírito da ganância hipertrofiou-se, ante os sugestivos espectáculos de cima. E hoje a mulherzinha dos mercados tem

assinartura nos Cinemas e bate de automóvel para as hortas. É como as burguesas, para luxar, presumir e pecar... É como elas e cheira então muito pior!...

Isto que te digo dizem-no algumas pessoas em voz alta, e quase todos em voz baixa, e será possível que todas essas vozes sejam

A Voz que clama no deserto

*A *Batalha* Supl.Sem.Ilust., n.º 95, 21/9/1925

Discurso sobre a política nacional*

Camaradas:

No marasmo em que quase todos sossobramos, castrados de ideal e de vontade, é mister o recurso à palavra falada, rugida na praça pública, para acordar os que dormem, afervorar os tíbios, chicotear os trânsfugas.

Ao pensamento escrito falta a vibração, o arrebatamento da fé; falta – quantas vezes! – a espontaneidade; falta a certeza de ser justo.

Só assim, face a face com a multidão, a um tempo testemunha e juiz, se pode, em verdade, polarizar os raciocínios de milhares de cérebros, traduzir em síntese os seus pensamentos dispersos, pautar a realização verbal pelo sentimento colectivo.

Só assim; e porque só assim os ignorantes compreendem, os cegos vêem, os surdos ouvem, na dinamização do gesto, no expressivo da máscara, no intencional da pausa, no que se diz e no que se não diz, a veemência da apóstrofe e a sinceridade do pensamento – venho a esta tribuna, sem campanha nem elixir, pregar esta coisa simples: a revolta!

Não a revolta que é sangue e devastação e dor; não a revolta amassada em cadáveres; não a revolta do bruto – a revolta consciente; digna; nobre!

Palavras! Palavras!... Palavras!... Mas se é com elas que se argamassam as ideias; se é por elas que multidões atingem o su-

blime do sacrificio; se é delas que se formam os símbolos do que há de mais alto, de mais puro e de mais belo!

O Amor, a Justiça, a Verdade, que são senão palavras?! A ternura, a piedade e a graça, não vivem pelas palavras e pelos gestos que as prolongam?! E a Liberdade, palavra imensa, à sombra da qual se acolheram todos os déspotas, mas que ainda abriga todos os que sofrem, pensam e sentem?! E Deus, não será uma palavra também?!

Ah, benditas as palavras, quando dizem paz; mas santíssimas quando geram revolta! Porque a revolta é a ânsia do bem e do belo, porque a revolta é o caminho que conduz à Justiça e à Harmonia! A revolta é o alicerce da Perfeição!

* * *

Revolta porquê, revolta para quê?! Revolta pela podridão do existente; revolta do nojo, revolta do desprezo, contra os que dominam, tripudiam e vexam. Revolta, pela injustiça social; revolta da inteligência, revolta do coração, contra os que matam e roubam e afrontam. Revolta para o Bem e para a Luz; revolta para atingir o sonho milenário da espécie – a Felicidade.

E não será digna a revolta e oportuna, ante o espectáculo do momento?!

Lancemos os olhos a este microcosmos em que se degladiam e devoram seis escassos milhões de seres humanos, roídos uns pelas mais torpes ambições, devorados outros – o maior número – pela mais atroz das misérias. Que querem eles, a grande maioria pelo menos, que é o povo que trabalha e produz? Querem a tranquilidade e o indispensável à vida animal; querem a instrução e a quota parte, possível, de alegria; querem reduzir ao mínimo o sofrimento e elevar ao máximo o bem-estar, querem acabar com a exploração do homem pelo homem.

Podem conseguí-lo aqueles que se louvam numa tradição remota, fiéis aos princípios duma monarquia de direito divino, que ignoram ou fingem ignorar ser esse regime, aliás já provado

e reprovado, inadaptável ao dia de ontem, quanto mais ao de amanhã? E se o podiam conseguir, porque não o fizeram?

Podem conseguí-lo os outros, partidários desse constitucionalismo monárquico, que se debateu e agonizou no pântano das próprias fezes e que em sessenta anos percorreu toda a escala do cómico ao trágico, acabando impotente, podre de vício e de cobardia? E porque não o tentaram nesse longo ensaio, em que só se ouviu o bater das mandíbulas e o guisalhar das vaidades?

Conseguí-lo-á a República, que em quinze anos já foi tudo, democrática e parlamentar, presidencialista e representativa, nova e velha, ora radical, como em 19 de Outubro, ora conservadora, como em 5 de Dezembro, mas sempre voraz e truculenta? E porque não o conseguiu ainda, em quinze anos de dolorosas experiências, os bastantes para irem desaparecendo os sinceros idealistas que a propagandearam e que deram o passo aos aventureiros filhos da geração que mais fundo recebeu o ferrete da educação jesuítica?

E poderá conseguí-lo esse ingénuo socialismo estatista, que já não tem no mundo ninguém que o tome a sério, e que se consome num onanismo verbal, retórico, absurdo? E, se sim, porque não o tenta?

* * *

Mas há ainda – dirão – o integralismo, essa plêiade de moços... galantes, que quer a sindicalização das classes e o governo das competências. Esses, porém, morto um homem inteligente que os guiava, desintegraram-se, pulverizaram-se, dividiram-se, uns pelo rei hereditário, outros pelo rei eleito, uns pelo Pacto de Paris, outros contra o Pacto de Paris, e – poeira doirada – passeiam o seu tédio e a sua imbecilidade entre o Martinho e o Chiado, com surtidas, à noite, pelo Terreiro do Paço.

E os católicos, esses formidáveis católicos, que até já foram governo na Bélgica? Esses são só jornalistas, ou melhor, têm um jornal e uma folha de couve, onde trabalham meninos e meninas.

No jornal reviram o dente ao Papa, insultam o Nuncio e chamam maçônicos aos Bispos; na folha de couve, os Bispos excomungam... «ninguém», e neste inocente jogo se entretêm.

Evidentemente que temos os generais e as forças-vivas – temos a ditadura. Ditadura, porém, tem sido isto sempre, ora ditadura do rei, ora do executivo, ora do legislativo. Ditadura heróica com Afonso Henriques, ditadura doida com D. Sebastião, ditadura às direitas com Pombal, ditadura às esquerdas com Afonso Costa, ditadura civil com os Cabrais, ou com o António Maria¹, ditadura militar com Sidónio ou com o Vitorino², ditadura de saias com a Sr^a D. Maria II, ditadura de botas e esporas com o sr. Manuel Maria³, e até já os ditadores do Alcaide⁴ – essa terra famosa para homens bravos – foram experimentados e não deram resultado nenhum.

Assim, os políticos de ontem e os de hoje, corruptos e falhados, sem inteligência nem carácter, não oferecem garantias de idoneidade ao povo. E são eles que vão governar, que vão legislar e oprimir, mandar e bater?

E nós?! E o povo?! E os trabalhadores conscientes?! E os intelectuais não jungidos ao carro triunfal do existente?!... Não nos havemos de revoltar?... Não os havemos de escorraçar do poder e reduzir à sua insípida nulidade? Porque não, se temos a força do número e a da fé, dignidade e carácter e inteligência que bastam para nos regermos a nós próprios?

Para que a nossa revolta fosse, porém, eficaz e rápida, bastaria – parece-me – fixar-lhe três estádios de evolução: o primeiro seria unirmo-nos verdadeiramente, pondo de lado bizantinas que-relas sobre internacionais, pontos de vista divergentes sobre métodos de acção; estreitados assim os laços que nos ligam, cumpria fazer em volta da matilha política o vácuo, não a conhecer, nem nas eleições nem nos comícios; não intervir depois, deixá-los devorarem-se uns aos outros e resistir aos impostos – em dinheiro ou em sangue – não cumprir as leis nem os mandados das supostas autoridades, e responder com violência às violências do poder. Breve eles cairiam por si, porque no vácuo não se respira, aban-

donariam os postos a que se tinham alcandorado e teria então
chegado a hora de erguermos nós o novo edifício social.

.....

(Isto – e o resto – diria eu na praça pública, se não tivesse
de antemão a certeza de que ninguém me escutaria, porque de-
mais sei que a minha voz é uma pobre

Voz que clama no deserto)

*A *Batalha*, Supl.Sem.Ilust. n.º 98, 12/10/1925

Notas:

- 1 – António Maria Fontes Pereira de Melo (1818-87), chefe do Partido Regenerador e diversas vezes ministro e primeiro ministro. Bordalo Pinheiro criou, para o criticar, o periódico satírico *O António Maria*.
- 2 – Coronel Vitorino Guimarães (1876-1957), do Partido Republicano Português, chefe do governo entre Fevereiro e Julho de 1925.
- 3 – Coronel Manuel Maria Coelho, que chefiou o golpe militar de 19 de Outubro de 1921 e presidiu ao efémero governo que dele resultou (20 de Outubro a 9 de Novembro). Ainda tenente, fora um dos revolucionários do 31 de Janeiro de 1891, e por esse motivo preso, condenado e deportado para Angola. Cumprida a pena foi desligado do exército, sendo readmitido após a revolução de 5 de Outubro de 1910.
- 4 – O Alcaide (Fundão) é a terra de João Franco (1855-1926), primeiro ministro entre 1906 e 1908, em ditadura a partir de 1907. A sua carreira política cessou com o regicídio, de que foi em certa medida autor moral.

Carta ao sr. Governador Civil com um pedido particular*

Vila Franca de Xira, Outubro de 1925

Exmo. Sr.

Eu sei que V.Ex.^a tem muito que fazer e muito em que pensar. O cargo de Governador Civil de Lisboa é dos que dão água pela barba. É certo que as coisas da política e das eleições se aldrabam pelo Terreiro do Paço; que a ordem pública é com a Polícia e com o Carmo, - lá as armam, lá as desarmam; que dos abastecimentos se encarrega aquela bela rapaziada dos fiscais; e que os passaportes correm pela repartição respectiva; mas tem V.Ex.^a esse calvário da inspecção dos teatros e a tragédia de dar esmolas com o dinheiro das casas de batota. Só nisto das esmolas V.Ex.^a ganha - queixa do peito! Distraia V.Ex.^a porém alguns momentos desse seu Governo e escute-me.

Há dias realizou-se nesta vila uma tourada, em que foram mortos dois touros. Diziam que era proibido matar. Tolices! O representante da autoridade, representante portanto de V.Ex.^a, do dr. sr. Domingos Pereira e do sr. Teixeira Gomes, atendeu aos justos pedidos da população, que gritava: que se mate, que se mate! E voltou o polegar para baixo...E dois touros rolaram na arena sangrenta, como outrora os cristãos no Coliseu dos Recreios de Nero...

Ouçã V.Ex.^a a descrição do tipo dum dos touros, feita cá por um «colega»: «Outro bicho! Ah! gente de bom gosto! Que lindo bicho! É um *jabonero*, novito, mas lindo, tipo de escultura, cabeça nervosa e hastes curtas e aguçadas».

Repare V.Ex.^a agora na cena:

«Então o de Triana (o matador) aponta e a espada, tocando o osso 'descaída', que salta ao chão. O bicho pensa: 'ainda não foi desta', e dá duas voltas feliz. Mas Angelito tapa-o com o pano vermelho, perfila-se de lado, aponta e a espada vai, com destino ao coração, até ao meio, ferido de morte, o *jabonero* não ajoelha. Fica ao centro, a olhar o sol, que venceu as nuvens e enche a praça.

Respiração suspensa. Capotes, mais capotes, e o lindo bicho encosta-se às tábuas, à espera, à espera...

Enfim, o de Triana toma outra espada, fina – como uma sentença de morte – e *descabella*, com felicidade.

Lindo touro! Caiu redondo... Emoção. Voltas. Música. Palmas. Lenços.»

E o cronista conta por último, que depois da corrida o *jabonero* foi passeado, morto, de trem, pelas ruas desta vila «vencido e orgulhoso».

A quem ficámos devendo todos este espectáculo extraordinariamente emocionante? Ora a quem... ao Malta. V.Ex.^a não conhecel? Nem V.Ex.^a conhece outra coisa! O Malta! O Maltazinho... um companheirão, um «cara direita» e um «bom republicano!»

* * *

Pois aqui tem V.Ex.^a por que o venho incomodar. O povo quer recompensar o Malta. Pensou-se em oferecer-lhe um banquete na Lezíria, em elegê-lo deputado, em nomeá-lo revolucionário civil. A modéstia do Malta obstinadamente recusa. Há uma coisa, porém, a que nenhum Malta resiste... V.Ex.^a já me percebeu... É aquilo que V.Ex.^{as} todos têm, que, numa palavra, a Malta toda possui...

É a medalhinha, a venera ou lá o que é e que pelo nome não perca.

A Torre e Espada estava a calhar. O valor, a lealdade e o mérito, ali! Que nem um homem. Se não puder ser, porém, – o Cristo. O Cristo, sr Governador, com a sua roseta vermelha, até estava a dizer... E mesmo o Santiago, porque não? O mérito científico, artístico e literário, demonstraram-se ali. Aquilo tem muita ciência, muita arte e dá lugar a muito boa literatura, como V.Ex.^a pode verificar pela amostra acima.

Ao menos sr. Governador Civil se de todo em todo não puder ser qualquer das outras – a Filantropia e a Generosidade. Pois não há filantropia e generosidade em poupar trabalho aos magafes, dando ao mesmo tempo uma lição de disciplina democrática, de obediência à vontade popular?

Porque foi o Povo, o Povo Soberano quem exigiu a morte do touro. Foi o Povo, foi o «Sol» quem gritou: que se mate, que se mate! E a autoridade, verdadeiramente cônica dos seus deveres – obedeceu. Então porque merece ser premiada a autoridade? Por ter sabido romper com uma ignominiosa tradição secular. É certo que V.Ex.^a e o sr. Presidente da República já tinham autorizado os rojões mas que é isso comparado com aquele estranho ritual de apontar a espada que toca o osso «descaída» e salta ao chão; com aquela volúpia de «tapar» o touro com o pano vermelho, «perfilar-se» uma pessoa de lado e apontar a espada que vai, com destino ao coração, até ao meio; com aquele delírio de tomar outra espada, fina como uma sentença de morte e «descabellar» com felicidade?

Note V.Ex.^a – *com felicidade*; e depois passear pelas ruas o touro de tipoia, morto, «vencido e orgulhoso».

É por estas e por outras que se verifica, sr. Governador, que esta República é aquela porque nós sonhávamos, nós o que não pensamos como esse reaccionário Boto Machado, que apresentou no Parlamento um projecto de lei abolindo as touradas, nós, os «aficionados», que recebemos dinheiro dos «apoderados», para os touros serem «estoqueados».

Do que o Povo precisa é disto, sr. Governador, destas lições de valentia e de coragem moral. Dêem-lhe touros de morte e autoridades democráticas, dêem-lhe um pouco de sangue, mesmo de boi, e ele regressará galhardo aos tempos heróicos das Conquistas, das Navegações e dos Descobrimentos.

V.Ex.^a, pela sua rica saúde, não vá supor que estou falando por ironia. Isto é a pura da verdade. Temos exemplos de casa e bem recentes. Olhe V.Ex.^a o 19 de Outubro... V.Ex.^a ainda não tinha autorizado os touros-de-morte, mas só com o cheiro do que ia por Espanha, fez-se aí uma «faena» linda.

V.Ex.^a recorda-se do homem que matou António Granjo? Era um clarim ou corneteiro da G.N.R. (nunca se apurou muito bem se era uma coisa ou outra, só se sabe que era da música), que ao sair do Arsenal com o sabre, que embebera no corpo desse político, a pingar sange, rugia – Já o pinchei, já o pinchei!

Vê V.Ex.^a?... Termos técnicos, linguagem tauromáquica.

Amanhã, quando suceder o mesmo ao sr.dr. Domingos Pereira ou a V.Ex.^a (longe vá o agouro!), outro clarim ou outro corneteiro – outro da música – rugirá – Já o «descabellei», já o «descabellei», com felicidade!...

Não empalideça V.Ex.^a, que diabo! Somos homens! E os homens são para as ocasiões! Mas é a lógica. Com ensaios como o que o Malta regeu, *eles*, que já têm queda para a música, organizam aí um orfeão de primeiríssima ordem.

E olhe V.Ex.^a que eu não vejo isto pelo «lado do boi», vejo pelo lado *deles*, cá pelo meu lado. Conheço-os; conhecemo-nos. Quem finge desconhecê-los, que não se queixe depois.

Afinal, eu estava a desconversar. Não se esqueça V.Ex.^a mas é da Legião Vermelha, Legião de Honra, Cruz de Guerra ou Cruz de Cristo, lá para o Malta. Bem a merece, o rapaz.

Que em boa verdade, este pedido não devia partir de mim, um pobre diabo sem influências ... estavam lá na tourada tantos senhores finos. Até estavam jovens Professores de Universidade; jornalistas de sangue azul e sangue às riscas; asas gloriosas de

aviadores; próximos futuros certos deputados, tudo gente de bem e que se rebolou com o espectáculo que o Malta deu mai-lo da Triana.

Eles é que deviam falar, eles é que deviam pedir. V.Ex.^a a eles atendia-os e com certeza que não vai escutar esta

Voz que clama no deserto

**A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 99, 19/10/1925*

Carta ao Presidente da República¹ da Finelândia

sobre uma campanha “moralizadora” da sua polícia*

Excelência!

Venho felicitá-lo pela obra morigeradora realizada sob a sua égide. O mérito deste preito reside só em partir de quem não está habituado a lisongear os grandes da terra.

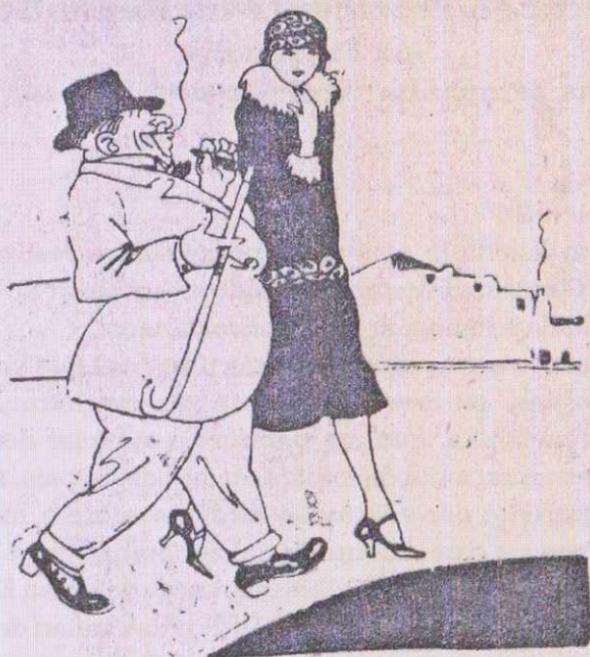
Eu ignorava, na verdade, a fama universal que Vossa Excelência grangeara no exercício da sua alta magistratura. Velho amigo da Finelândia, que me habituei a apreciar desde que o Eça me apresentou a um diplomata amável desse país, não estava ainda ao corrente das acertadas medidas sobre a moralização dos costumes e o saneamento social adoptadas pelos Ministros do seu Governo, certo, sob a sábia inspiração de Vossa Excelência.

Foi há dias, na recepção oficial que o Ras Taffari da Abissínia deu, ao receber do governo português a Grã-Cruz de Cristo, que surpreendi ao Embaixador dos Sovietes, numa conversa discreta com o plenipotenciário da China, a revelação que me encheu de júbilo: A Finelândia moralizava-se.

Havia alguém que queria pôr aquilo a “Direito”...

Soube depois pormenores pelo Encarregado de Negócios da Turquia. Informou-me que a Polícia finlandesa resolvera acabar, definitivamente, com o palavrão, com o apalpão, com o beliscão, com o encontrão, com... E como, consoante o critério diplomático, todas as medidas sábias emanam dos Chefes de Estado, e todas

Se não fôsem certas piadas . . .



— Querem-nos proibir de largar piadas às senhoras. Pois se não fôsse uma piada, não teria casado com tua mãe.

Desenho de Stuart Carvalhais que ilustrava este artigo.

as erradas são culpa dos Governos, do Parlamento, da Imprensa, da Opinião Pública, era na pessoa de Vossa Excelência que se reflectia a obra moralizadora do «Direito». O coro de louvores que acompanhou o seu nome! Até o 1º secretário do México, um moço general reformado de 18 anos exclamou em êxtase:

– Que estadista! Dum Presidente assim é que o México precisava!...

Não se pode tecer melhor elogio a um homem público, Excelência.

Compreende-se porém perfeitamente a atitude do «Direito», depois do gesto do «Teso», completado pelos «vitorinos». Depois do «saneamento social», a «campanha moralizadora». Primeiro expurgar a sociedade dos seus inimigos – os que protestam –, a seguir prender e multar os que ainda têm a alegria de viver, para ficarmos só *nós*, as pessoas sérias.

Já D.Urraca pode atravessar essa capital arqui-civilizada para ir à missa da uma, com o decote até ao umbigo e o saiote pelas virilhas, sem receio de que se murmurem graçolas ante as suas rotundidades aparentes; já D.Fifi pode fazer exercícios de ambi-dextridade no Cinema, sem o perigo do vizinho da frente lhe chamar – porcal; já o sólido prestamista Santos & Silva pode ir com a metade e a prole feminina ver as iluminações dos Mercados no dia da Festa das Rainhas, sem correr o risco de serem tocadas, ainda que de leve, as adiposidades do rancho. E os cofres da Benemérita Polícia começam a encher-se de escudos – aos novecentos de cada vez – que revertem todos para a beneficência das algibeiras dos seus Directores, adjuntos, chefes, agentes, guardas e demais fauna voraz e casta.

Grande e salutar obra moralizadora! Até aqui, a Polícia recebia dinheiro das mulheres que prostituem o seu corpo, agora passou a recebê-lo também dos homens que prostituem a sua boca, com palavras obscenas. É o Progresso que avança, é a Civilização que triunfa!

A Finelândia e Vossa Excelência estavam realmente a precisar de um «Direito».

Soube do caso, Excelência, como disse, pelo Encarregado de Negócios da Turquia, mas o Auditor da Nunciatura deu-me, em segredo de confissão, mais pormenores interessantes. Assim, disse-me, por exemplo, esta coisa altamente honrosa para Vossa Excelência: - «Serão apreendidas as publicações licenciosas. De harmonia com essa determinação, já o foram os números da «Vie Parisienne» e de «Le Sourire» que estadeavam a sua imundície à porta das tabacarias. Admirável!»

Já um capitão de cavalos, Excelência, que fora chefe da Polícia anteriormente, fizera apreender a «Garçonne», de Marguerite, a pedido duns ganímedes², que só se entendiam com «garçons». Agora, a campanha moralizadora irá mais longe. Serão apreendidos «Os Lusíadas» que não estejam amputados daquelas obscenas estrofes dos Cantos II e IX; serão apreendidos os livros de quase todos os escritores de Eça para cá, e sobretudo a obra de certo homem de letras algarvio, que foi intelectualmente anarquista e diplomaticamente republicano, um tal Gomes - não sei se Vossa Excelência conhece...

Os livros desse homem nefando são tudo quanto há de mais fescenino, libidinoso e contra o «Direito». A Polícia tem o dever de fazer com eles um auto-de-fé, para exemplo dos escritores pornográficos.

Não recomendo a Vossa Excelência que leia essas páginas obscenas, mesmo - veja o poder de expansão do vício! - porque quase todas elas estão esgotadas; mas permito-me enumerar certos trechos que fariam corar um agente da «Moralizadora» e que vêm no «Inventário de Junho», a «Vénus momentânea», «A Adolescência», «Na Mocidade», e outros que se encontram nas «Cartas sem moral nenhuma», no «Agosto Azul», etc.

Ah, Senhor Presidente, há muito tempo que um Catão como Vossa Excelência deveria ter-se agarrado à cana do leme da nau do Estado, há muito que o «Direito» deveria ter sido metido pelos olhos dentro desse povo devasso! Que essa obra se impunha verificasse pelo aplauso unânime que a acolheu. Até o Patriarca Ortodoxo recomendou em pastoral aos popes que tivessem mais cuidado

com o traje das pécoras e não as deixassem chegar à mesa em trajes absolutamente menores. Um padre que pontifica nas gazetas e que tem, castamente, mulher e filhos, insurge-se contra as novelas espanholas chamadas galantes. Parreira, o venerando Parreira, pudibundo jornalista das direitas, protesta, no órgão do dito padre, contra a obscena tradução duma peça obscena, vinda dessa França maldita da Revolução.

Tudo se morigera, Excelência, sob o benéfico influxo das doutas medidas que o “Direito” toma e Vossa Excelência paga.

Creia, Senhor Presidente, que aqui, nestas plagas remotas, não deixarei de erguer a minha voz, clamando louvores para o Chefe de Estado virtuoso, que ficará na História com o cognome de “Moralizador”... o diabo é que, às portas do Sahará, a minha voz não deixará de ser

A Voz que clama no deserto

Marrocos, Novembro, 1925

P.S. - Se arreganharem as queixadas, num aplauso à amarga revolta que esta carta traduz, os vadios que grunhem na rua torpezas às mulheres aparentando uma virilidade ausente ou deslocada, e as regateiras que vomitam insolências pelas latrinárias trombas, prometo desenrolar de novo o chicote, para lhes zurzir as carnes de compra e venda, até espirrar o sangue, que a mim e ao povo meu irmão, sugam - desbragadamente.

A Voz

**A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n.º 104, 23/11/1925

Notas:

1 - Manuel Teixeira Gomes (1860-1941), presidente da República entre 5/10/1923 e 11/12/1925, é «o homem de letras algarvio...um tal Gomes...» e é dele a lista de livros em seguida mencionadas.

2 - Ganimedes, príncipe troiano e adolescente de excepcional beleza raptado por Zeus que fez dele seu favorito, conservando-o a seu lado no Olimpo, na qualidade de escanção dos deuses (e não só...). Jaime Brasil usa a expressão em sentido figurado, na acepção de pederastas.

Carta ao sr. António Maria da Silva sobre a teoria do saque e a higiene pública*

Meu Caro Administrador:

Quem se lhe dirige é um seu antigo administrado. Não suponha que se trata de alguém pertencente, ou que pertenceu, a essa corporação que, como a “banca francesa” se divide em “maior” e “menor” e onde V. faz sair os “dados” pela ponta duma “córnea”. Também não é como escravo desta roça, que V. administra em nome do patrão Afonso Costa, que me considero seu administrado. Nesse caso não seria só “antigo”, seria também “presente” e “futuro”. É como cidadão de Redondo, a simpática terra onde V. iniciou a sua auspiciosa carreira política, que me dirijo ao segundo estadista do meu país.

Você já não se lembra de mim, por certo. Não se recorda daquelas discussões que tínhamos na Farmácia de Redondo. Era V. então regenerador ferrenho e eu progressista convicto (sempre fui pelo progresso) e as nossas discussões terminavam sempre por V. me dizer:

– não nos entendemos. V. está na esquerda dinástica, ora eu sou conservador...

Já então V. era um bom conservador e conservava-se dias inteiros na cama a ler os romances de Paulo de Kock, conservando uma memória prodigiosa para contar histórias do Bocage. Bons tempos!

Pois eu nunca o perdi de vista e tenho rastreado sempre o seu vôo de águia. Receei pela sua carreira triunfal quando V. resolveu tomar as Águas do Rodam, para lhe fazerem bem ao rim podre. Eram águas muito pesadas. V., porém, aguentou-se e, se o barco meteu água, V. lá a verteu em cima de nós, conforme pôde.

Quando me decidi, contudo, a considerá-lo o segundo grande estadista de Portugal, foi ao pronunciar V. aquela afirmação célebre de que o país estava a saque. Fiz-me seu devoto, passei como todos nós, os bons portugueses, a tratá-lo carinhosamente, familiarmente, pelo Silva, pelo António Maria. A minha ternura vai a ponto de já o tratar na Farmácia cá de Redondo só por o António, e se não o trato simplesmente por Maria, é por receio de o confundir com a Imaculada.

* * *

Grandes e nobres palavras aquelas, ó Silva, do país estar a saque! Que previsão de estadista! Que farol!

A saque! V. que era o Ministro das Finanças, quando o patrão Afonso Costa preparou aquele admirável golpe dos 50 milhões de dólares, tinha autoridade especial para o dizer. V. que é chefe do partido onde estão todos os que sacam, se não devia conhecer bem a mecânica dos saques, na teoria e na prática!

Há pessoas malévolas que interpretam aquelas suas nobilíssimas palavras num sentido pejorativo – que o país estava a ser saqueado, dizem que pretendia V. afirmar. Esses, porém, são os derrotistas, os “maus republicanos”, os bolchevistas, numa palavra – a choldra.

O que V. queria dizer, e foi assim que eu o defini aqui na Farmácia, era que o país estava a saque como as letras de câmbio, estava nas mãos dos honrados banqueiros da nossa praça, estava garantido. É claro; é que há saque e saque. Por exemplo: o saque do Angola e Metrópole – para falar dum caso recente – não é o saque do Banco de Portugal. Há quem diga que é a mesma coisa; lá isso – vírgula: uns sacam com vírgula, outros sem vírgula.

Outro caso – o saque da Santa Casa, jogo tão lícito como o “monte” ou a “roleta”, é diferente do saque do honrado cambista que sacava, a mais, o dobro das cautelas. Era cauteloso; vamos que as cautelas se acabavam, não ficávamos nós privados de sacar dinheiro sem trabalhar?!

Há muitas espécies de saques, evidentemente, umas mais limpas do que outras. Há o saque das “nossas colónias”, feito pelos Altos Comissários e que a Alemanha paga; o saque dos Transportes Marítimos, que o diabo o deu o diabo o levou; o saque dos Bairros Sociais; o saque da Exposição do Rio de Janeiro; o saque do Vapor “Porto”; o saque das acções “beneficiárias”; o saque do “empréstimo rácico”, etc., etc.

E estamos chegados, oh luminoso Silva! Ao maior saque de que há memória, ao saque das notas de 500\$00. O saque melhor organizado, mais inteligente, mais consentâneo com o momento histórico que atravessamos, em que os estadistas são Costas & Silvas, os técnicos de finanças Vitorinos & Viegas, os banqueiros Bandeiras & Reis, os *detectives* Barbosas & Crispinianos, e os jornalistas ... cala-te boca!

Chegou a tua hora, oh Silva messiânico! A hora do saque. Trepa para o poder e do alto da tua magestade brama, como se diz no Capítulo IV do Rocamboles: É fartar vilanagem!

* * *

Quando esta carta circular – se não for retirada da circulação como as notas que o banco dos presidiários fez e o banco das pessoas sérias paga – Já V., Silva salvador e sábio, deve ser felizmente o chefe do governo. Tenho portanto um pedido a fazer-lhe, em meu nome e no da rapaziada cá da Farmácia. É uma pretensãozinha... Apelo para a sua velha amizade por esta terra e pelos seus pacíficos habitantes, apelo, Silva, para o seu patriotismo. Pretendemos só isto, este nada, menos que um quilómetro de estrada, ou que um fontanário público – Meta-os a todos na cadeia! Mande-os sacar, para o Limoeiro!

É, na verdade, contra os meus princípios fazer-lhe este pedido. V. sabe, Silva, que quando discutíamos, na Farmácia, Direito Penal e Criminologia (eu era então oficial de diligências), sempre defendi a teoria da sanatorização dos delinquentes, da terapêutica em vez do castigo, da enfermaria em vez da cadeia. O pedir a cadeia para os que sacam, não é, porém, uma contradição, é uma necessidade de higiene social. *Eles* estão a empestar isto. Os miasmas que exalam são tão densos, que nos impedem de ver claro, e tão fétidos que fazem tombar com náuseas. Asfixia-se, Silva sapiente, creia.

Isole-os, menino. Depois se verá o destino a dar-lhes. Mas isole-os a todos: os que andaram de grilheta ao pé a britar pedra nas estradas da África do Sul, e os que andam de grilhões de ouro na barriga, pela rua dos Capelistas; os Simões que deixaram o rabo entalado e os Vitorinos que assinaram o decreto do degredo para a Guiné de alguns trabalhadores, com a mesma pena com que autorizaram o bando de *escrocs* internacionais a passar moeda falsa: os “ilibados”, os “ilibadores”, as pessoas “muito sérias”, que não sabiam de nada, que deram só o seu nome e indicaram só os seus parentes e amigos, e os burlões identificados como tais, que têm palacetes e automóveis e joias e amantes e nos afrontam com o seu luxo; os falsos banqueiros que passam notas falsas e os verdadeiros que as pagam e recebem e trocam, numa ânsia de abafar a manobra, e mandam dizer para as gazetas que estão prestando um grande serviço e que assim é que se fez sempre.

Isole-os a todos, Silva astuto, mesmo aos das cautelas da lotaria, aos de pouco alimento, aos que sacam só duzentos contos nas casas bancárias onde são empregados. Isole-os! E isole-se também a si, caro Silva, para a obra de saneamento ficar completa.

Isto lhe diz, sinceramente, quem sabe que aqui na Farmácia não é uma

Voz que clama no deserto

Redondo, Dezembro de 1925

A Batalha, Supl.Sem.Illust., n.º 107, 14/12/1925

Carta pastoral sobre o tempo da Quaresma*

Povo, meu irmão, saúde e paz em Nosso Senhor.

Já três Carnavais passaram depois de que eu, aqui, te enderecei a minha primeira «Carta sobre a loucura do Carnaval», apelando para a tua revolta, face à orgia do século.

Dizia eu então, com a ingenuidade que é própria dos idealistas: “Para responder altivamente às escorrências pustulentas que a burguesia agora estadeia, era preciso que o povo erguesse bem alto o lábaro da sua dignidade e significasse aos gargantões corruptos e às fêmeas desvergonhadas – que ainda são seus senhores e donos – toda a imensa amargura do seu desprezo. Todos os que têm no seu lar a fome e o desconforto e a dor, ou que sentem avizinhar-se esses flagelos; todos quantos têm sensibilidade para se revoltar ante as ignomínias e iniquidades do existente – deviam vir para a rua, nestes dias, dar o espectáculo lúgubre da sua miséria, expressivo do seu nojo, cáustico da sua revolta.”

E continuando no mesmo tom, bíblico e idiota, dizia mais abaixo: “Era assim que eu te queria ver, povo!, reivindicando orgulhosamente a condição que te criaram, fazendo dela um ariete e um chicote, impondo a tua vontade pela simples acção de presença. Nem um único argumento para *eles*, nem sequer um esgarro de desprezo, simplesmente, grandiosamente – o espectáculo infinito da tua dor. Podias então dormir tranquilo, que a tua hora de triunfo ia soar.”

Pois, passou esse Carnaval e outro e outro agora e tu, meu pobre irmão doente – continuas na mesma. Não há receitas de físico nem remédios de botica, mezinhas caseiras ou benzeduras de bruxa que te curem do mal. Continuas, folião e borracho, a fazer as tuas cegadas pulhas; pretensioso e torpe, a engrossar a multidão que aplaude os *corsos* organizados pelos senhores governadores civis para os pobrezinhos, coitadinhos. Eu bem te vi nos bailes dos teatros e nas mesas das tabernas ricas, a gastar – bem mal gasto – o teu pão e o dos teus. Bem te vi, quando andei, peregrino, por prostíbulos e tavolagens à procura do Povo. Lá estavas, bêbedo e porco – roído de perdição e de sífilis.

* * *

Estás, portanto, perdido, meu desgraçado irmão. Á volta do teu corpo já os vermes se impacientam, pelo tardar da hora última. É que cheiras a cadáver...

Tratemos pois da tua alma. Preparemos-te para bem morrer. Lembra-te que há outra vida... Lembra-te!

Deixa-me que envergue a alva, clara como a verdade, e cruze a estola do diaconato, para te pregar piedosamente uma homilia.

Quero fazer, porém, a pública retratação dos meus passados erros e penitenciar-me daqueles em que te induzi.

Eu era insensato quando te pregava revolta contra o existente e invocava o espectro da tua dor de viver para o pôr em face do delírio orgiático dos senhores. Abjuro desses juízos pecaminosos.

Do que tu precisas, do que nós todos precisamos é de – resignação!

Estamos no santo tempo da Quaresma, tempo de humildade e arrependimento; façamos penitência, proclamemos a nossa conformidade com os desígnios do alto, aceitemos gozosos e reconhecidos as graças de que somos indignos.

Revoltar, para quê?! Protestar, para quê? Que ganha com isso a salvação das nossas almas?... Então não é melhor sub-

metermo-nos, humilharmo-nos, abdicarmos deste vão orgulho de querermos ser livres e aceitar confiados e agradecidos os bens que os nossos senhores e donos nos distribuem generosissimamente?

Ouve, meu irmão: Dizem para aí que os nossos patrões nos querem reduzir os salários. Reduzir!... Que bondade! Poderiam – e muito bem – desejar que nós trabalhássemos de graça, só pelo prazer de os servir e de os saber felizes e prósperos; mas não, limitam-se, angelicamente, a cortar um pouco, quase nada, talvez metade, talvez mesmo a insignificância de dois terços ou de três quartos, aos nossos principescos salários. Pois bem; nós não consentiremos nisso. Não permitiremos que eles passem privações, que as suas amantes deixem de possuir aquela jóia desejada ou aquela capa de peles prometida, que os seus automóveis se reduzam a dois ou três, em suma – que *eles* caiam na miséria.

Vamos todos, num grande movimento de solidariedade, oferecer-lhes os nossos salários inteiros e dizer-lhes que *eles* têm razão, que as oito horas de trabalho eram uma exigência de mandriões, que queremos trabalhar dez, doze horas, para que as indústrias progridam e a nossa querida Pátria pague a sua dívida de guerra. E *eles*, que são bons e sobretudo muito patriotas, hão-de consentir que os seus escravos colaborem na «grande obra de salvação nacional».

* * *

Só procedendo assim nos tornaremos dignos dos nossos maiores, dos que compunham a maruja das caravelas e os terços bravos de África. Só assim nos poderemos orgulhar de ser portugueses e cristãos.

Há mais formas, porém, de patentearmos aos senhores que, por suas excelsas virtudes, nos governam, o nosso respeito, ia a dizer, o nosso filial amor. Por exemplo: o Silva, o douto e venerado Silva, quer manter-se mais uns meses no poder, declarar o estado

de sítio, dissolver as Câmaras? Preparemos-lhe uma revoluçãozinha – radical ou conservadora – com soldados amotinados na Rotunda ou em Almada e 35 minutos de bombardeamento. Depois içamos o lençol e Silva será aclamado triunfador, ditador, César.

Outro exemplo: o Barbosa quer ir a Ministro? Façamos-lhe a vontade, é tão bom moço, tão inteligente e sobretudo veste que é um amor! Coloquemos umas bombazinhas das chamadas de «grande potência» nas Terras de Santa Marta ou no Rossio, façamos explodir meia dúzia de petardos, dos que ficaram do Carnaval, e deixemos que ele nos descubra e prenda e deporte. É tão simples!

Mas há mais ainda, meu bom irmão. Queres ser gentil, fino, bom português e bom republicano? Recordas-te daquele senhor de idade, que tem um colete branco, um grilhão de ouro e um escritório de comissões e consignações na Baixa? O que há dias fez umas propostas à tua filha mais velha, aquela espigadita, que tem dezasseis anos e parece ter dezóito?

Recordas-te?... Pois bem: – leva-lhe a pequena. Sempre há-de andar melhor vestidinha e ele dar-te-á alguma coisa para os cigarros.

O teu rapaz ainda anda na oficina? Tira-mo de lá, que está aqui está jovem sindicalista. Manda-o assentar praça; não há vida como a da tropa. E que peça passagem para o Ultramar, para ir defender as «nossas colónias, de que a ambição de estranhos nos quer despojar». E que pena não haver agora uma guerra!... Seria encantador que ele morresse pela Pátria!

A tua mulher ainda é nova? Pois manda-a pedir emprego para ti. *Eles* dão o beicinho por uma aventura dessas.

Aí tens, meu irmão, umas poucas de receitas para ser agradável aos nossos senhores.

É só escolher ou utilizá-las todas. São de seguros efeitos. Se te servires de qualquer delas, ficarás tranquilo com a tua consciência, terás o inefável prazer do dever cumprido e *eles* hão-de estimar-te – crê.

Depois, lembra-te de que estamos na Quaresma, que é preciso penitenciarmo-nos dos nossos erros e se queres ter a certeza da salvação da tua alma – cumpre o que te aconselho. Eu sei que me compreendes, que estou falando ao teu coração e – em verdade te digo – desta vez sinto que não sou

A Voz que clama no deserto

**A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 117, 22/02/1926*

Carta a um Cardeal da Santa Igreja Romana sobre os benefícios da Lei da Separação*

Eminência:

Quer V.E. saber o que se passa por cá, neste velho feudo da Magestade Fidelíssima, em matéria de política religiosa. Pois vou satisfazer-lhe a apostólica curiosidade.

A situação da Igreja em Portugal melhorou imenso com o advento da República. Não depreenda V.E. disto que a Fé penetrou mais nas almas. É ao aspecto material que me refiro. Melhorou em bens, em regalias, em prestígio.

O povo inculto, no seu ingénuo paganismo, era, e é, fundamentalmente anti-clerical e acatólico. Detesta a sotaina e não entende o dogma. O camponês, por essas aldeias fora, mourejando para amanhar as courelas que lhe dão o pão negro e escasso, sabe que o padre é o madraço, corpo criado à boa vida, que lhe fornica as mulheres, lhe devora o melhor bocado da matança e os frutos mais formosos da colheita e ainda por cima lhe pede dinheiro para a sua manutenção e do culto – dinheiro que é coisa que o aldeão raro vê, preferindo que lhe tirem um dente a tirarem-lhe uma moeda.

O trabalhador dos campos, detestando visceralmente o padre, não pode amar a religião que ele representa. Suporta-a, por ignorância, por medo do além, supersticioso e pagão. E é católico

como poderia ser maometano ou budista, inconscientemente, objectivamente, só atido às exterioridades do culto, só cumprindo os preceitos religiosos coagido e sempre de mau humor.

O trabalhador das cidades, esse, felizmente, salvo o devido respeito, está-se manguitando para a Igreja e para o clero.

Já vê V.E. que isso de Portugal ser um país em que a população, ou a sua enorme maioria, é profundamente católica – é uma santa treta. Tal circunstância não impede, porém, que o Estado português, republicano, livre-pensador, separado da Igreja, adversário aparente dela – não seja efectivamente uma coisa que os Senhores, aí de Roma, manejam à maravilha.

Assim, nesta aparente separação de corpos, Estado e Igreja, como os divorciados das comédias modernas, fazem-se o mais descarado namoro e sempre que têm ensejo, à surrelfia, que não o saibam as bocas do mundo – praticam a sua pouca-vergonhazinha...

Ainda não lhe disse, porém, Eminência, por que melhorou a Igreja com este luminoso regime que felizmente nos rege. Ouça, então.

* * *

Dizem que a famosa Lei da Separação, a chamada «intangível», foi redigida por Cunha e Costa. V.E. sabe muito melhor do que eu que Cunha e Costa é um reaccionário de alto calibre. Pois os livre-pensadores deliraram, e deliram, com a tal lei, que foi a coisa mais favorável para a Igreja que até hoje se tem feito em Portugal.

Conforme estava combinado de antemão, ao surgir a lei «intangível», fez-se muito barulho, houve muitos protestos, foram presos e desterrados muitos bispos e padres, para gáudio dos tais ingénuos livre-pensadores, mas ao fim e ao cabo, cá estamos todos – perdoe V.E. o profano da imagem – de língua na boca...

Veio o Sidónio e deitaram-se uns remendos na lei para fingir que só por falta deles se não reatavam as relações com o Vaticano. Reataram-se e foi graças ao fino tacto diplomático

daquele célebre capitão de cavalos, que foi junto da Curia fazer estágio para pretendente a vice-governador do Ultramarino, que começou a “pacificação da família portuguesa, desavinda pela questão religiosa”.

Em nenhuma república, a não ser na Venezuela ou S. Domingos, a Igreja usufrui tantas regalias como em Portugal.

Acabou o regalismo, a bruta intervenção do Estado monárquico nas coisas da Igreja, e ficou a mais ampla licença, para pregar o obscurantismo, para conspirar contra a liberdade. Tiraram as cômmodas aos padres, mas deram-lhes ensejo para eles arrancarem às ovelhas – e aos carneiros – o triplo do que então recebiam. Foram confiscados os bens da Igreja, mas ela lá tem os templos e os passais, onde se aninham os abades com as amas e a filharada, e as associações incumbidas do culto, que possuem tudo quanto querem. Acabou o ensino religioso nas escolas, mas as sacristias transformaram-se em aulas de doutrina muito mais frequentadas que as escolas de primeiras letras. Expulsaram-se as Congregações, mas os coios congreganistas abundam, uns porque são estrangeiros e a Inglaterra costuma dar palmatoadas aos meninos desobedientes, outros porque tratam, caridosamente, os doentes, ou ensinam, piedosamente, os ignorantes.

É um verdadeiro regabofe, Eminência. Os presidentes da República andam debaixo do pálio, como soía acontecer às vezes a El-Rei, e impõem barretes aos cardeais eleitos, como qualquer cabeça coroadada. E quando o Papa faz anos, vão os ex-ferozes carbonários comer trufas e beber champanhe à mesa arquiiepiscopal de S.Ex.^a o Núncio Apostólico.

E para dar a justa medida do prestígio de que goza a Santa Sé e o Rapallo nesta república ideal, realizam-se sessões solenes para festejar a jubilosa coroação de Sua Santidade, a que preside o Chefe do Estado e produzem discursos laudatórios as primeiras figuras do regime.

Eis, Eminência, porque digo que isto está muito, muitíssimo melhor do que no tempo da monarquia.

Em troca das honrarias que concede a estes governos de pés-frescos encasacados, a diplomacia vaticana arranca deles tudo quanto pode em concessões e subserviências.

Para melhor operar, Roma dividiu o rebanho em duas classes: a dos católicos das «Novidades» e a dos católicos da «Época». Os últimos têm a função de ladrar, de protestar, de dizer que a Igreja é espoliada, que o clero é vítima dos maiores vexames e que isto já não vai senão com a monarquia. Chama-se a isto, em tática os «combates demonstrativos». Os católicos das «Novidades» ou do Centro têm por missão arrecadar as postas, fingem de moderados, declaram que o diabo não é tão feio, como o pintam, que a Igreja não tem política e que a República é um regime tão legítimo como qualquer outro, desde que deixe digerir tranquilamente os srs. Padres. A isto se chama, em linguagem familiar, ter duas caras.

É com estas duas coisas que os dirigentes da política católica se vão governando. Para lugares de deputados, que lhes arranja, baratos, o António Maria da Silva e vão introduzindo por via do Parlamento, medidas legislativas de todo o ponto favoráveis à ânsia de predomínio da Igreja.

Está pendente das Câmaras uma boa meia dúzia de projectos de lei, ditados pela reacção religiosa. É o da personalidade jurídica, é o do ensino religioso, é o respeitante ao divórcio, etc., etc.

Assim subrepticamente, sorrindo para a República, mas esfaqueando a Liberdade, a Igreja, que a tudo se adapta para tudo absorver, vai-se insinuando no ânimo dos políticos, tendo atraído já alguns de vulto, para o seu seio mirrado de velha rameira. Leonardo Coimbra é um exemplo dessa tática; Cunha Leal é outro exemplo recente. E mais dia menos dia estão-lhe todos no papo, cobertos de penduricalhos de S. Gregório Magno ou do Santo Sepulcro.

Eminência, a reacção avança, como dizia certo farmacêutico meu conhecido, que sabe de cor as tiradas todas da «Ceia dos

Cardeais». E avança porque nós a deixamos avançar. Avança porque à entusiástica campanha anti-clerical dos últimos anos de monarquia, mal deu o arrotar das digestões fartas. Avança porque os exaltados livre-pensadores de há vinte anos ou estão na sepultura ou operou-se neles o «ritmo receio», recuando tanto que são hoje governadores de bancos falidos ou directores de companhias magestáticas e Irmãos do Santíssimo. Avança, porque até os franco-atiradores da liberdade, como esse pobre Manuel Ribeiro, são seduzidos pelo lado estético do catolicismo. Avança, Eminência, porque nós todos, que somos a força porque somos a inteligência e a acção, nós os trabalhadores do braço e do pensamento, andamos entretidos com questiúnculas de trazer por casa enquanto a Reacção cria alento para nos espezinhar ainda mais. Avança...mas V.E. sabe porque avança e eu estou aqui a perder o meu tempo, como se fosse,

A Voz que clama no deserto

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 122, 29/03/1926

Carta ao Marquês de Pombal sobre a Festa da Espiga*

Senhor Marquês:

Não sei se no seu tempo, nesse século XVIII frascário e fradesco, o povo, o bom povo de Lisboa, já celebrava a Festa da Espiga. Quem sabe destas coisas e bem, é o sr. Matos Sequeira; mas, quanto a mim, quero crer que já a celebraria, pois ela filia-se no culto pagão a Ceres, a boa deusa, e tem por isso uma tradição remota.

Poucas festas populares de antanho conseguiram escapar à cristianização. Esta, a do Dia da Espiga, por mais que lhe chamassem Quinta-feira de Ascensão os devotos, manteve-se sempre encantadoramente pagã. A romagem aos campos, onde os trigais verde-tenro pujam promitentes, a espiga simbólica, que se conserva numa antevisão de abundância, o ramo de papoilas rubras que põem louçania nas faces pálidas daquelas a quem a cidade envenena, todo o pinturesco, toda a alacridade desse dia, festivo pela vontade soberana do povo, sem respeito pelo dogma ou pela lei — tudo desapareceu este ano, por um *ukase* da Câmara Municipal de Lisboa.

Transformar em comemorações religiosas e cívicas as festas que o povo instituiu para seu aprazimento, tem sido sempre o escopo dos que os deuses imortais cingiram com a faculdade de dominar os outros. Nessa divina virtude de

mandar pouco tocava, até há anos, às juntas de paróquia e às câmaras municipais. Com o advento da Democracia, passou-se, não a transformar as festas populares em patacoadas cívicas, mas a determinar, por decretos, ao povo soberano – diverte-te animal.

Assim, a edilidade ulissiponense – falemos o calão arqueológico – foi ao Calendário, pôs o dedo ao calhar no dia 13 de Maio e decretou – este dia há-de ser de pândega geral! Porquê. Porque morreu ou nasceu, o senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, que foi um bom republicano, filiado no partido democrático, comissões políticas, venerável da maçonaria, sócio fundador da Associação do Registo Civil e, segundo dizem as más línguas, – familiar do Santo Ofício.

Em honra e louvor desse déspota carniceiro, desse chatim ignóbil, que se vivo fosse seria hoje o chefe do fascismo em Portugal, o presidente de honra da Cruzada Nun'Álvares, e quem sabe se o Secretário Perpétuo da União dos Interesses Económicos – teve o povo que se divertir na parada de quinta-feira, assistindo ao primeiro lançamento da terceira primeira pedra do monumento ao Marquês de Pombal.

* * *

Ora Senhor Marquês de Pombal, isto não é sério. Estragaram ao povo a sua Quinta-feira da espiga, e obrigaram-no a ir em nome do livre-pensamento, assistir à cerimónia cívica do lançamento duma pedra no centro da terra. Isto é descer, Marquês!

O sr. Sebastião José, dos Carvalhos da Rua Formosa, foi aquilo a que suavemente pode chamar-se hoje – um aldrabão. Os feitos notáveis que lhe atribuem, só são notáveis, para quem ignore a história.

A expulsão dos jesuítas, acto meramente político, não visou a expurgar o país da «seita negra» como supõem os nossos livre-pensadores de letras gordas, teve como principal objectivo firmar o absolutismo, a supremacia do poder real, que o jesuitismo, pe-

la pena dos seus casuístas combatia, e apoderar-se, por avidez, dos bens da Companhia de Jesus.

Reformou a Inquisição, de que era familiar, – quer dizer: esbirro – ampliando-lhe o seu âmbito, dando-lhe o título de Magestade e tornando-a indistintamente aplicável a cristãos novos e velhos, quando anteriormente feria só os judaizantes e acusados de feitiçaria – fazendo dela a precursora da Polícia de Segurança do Estado.

Como expulsou os jesuítas, detentores do ensino com os oratorianos, teve de reformar os estudos, conservando porém o ensino confessional e dando à Universidade o carácter tirânico, que ainda hoje conserva.

Reedificou Lisboa – uma parte de Lisboa, – com o auxílio dos estrangeiros compadecidos, tal como o faria qualquer detentor do poder nas mesmas circunstâncias, tal como se fez em 1531 e 1551, sem que a D.João III ou aos seus ministros seja devida uma gratidão especial, por terem cumprido o que era seu elementar dever.

Concedeu à Real Companhia Vinícola do Douro, o monopólio dos vinhos generosos, como chatim que era para lhe impingir a sua mercância de produtos de vinhos fracos de Carcavelos.

É a esse tirano que tinha pedras no coração, a esse repugnante carrasco dos Távoras, a esse alcaiete do rei, que Lisboa, às ordens da Maçonaria – essa Santa Aliança da burguesia – vai prestar homenagem, erigindo-lhe um monumento no topo da sua principal artéria por ter sido um grande liberal...

Os enciclopedistas do século XVIII, que todos riram desse déspota ridículo, não-de chamar, do fundo dos seus túmulos, a estes liberais de hoje – burros. Eles e eu, que nem por só estar acompanhado por vozes de além túmulo deixarei de ser

A Voz que clama no deserto

**A Batalha, Supl.Sem.Illust., n.º 129, 17/05/1926*

Carta ao soldado desconhecido sobre um negócio da China*

Meu velho camarada:

Que somos camaradas não o duvides, pois ambos estamos na “Batalha”: tu nessa “Batalha” que é paz e glória eterna, eu nestoutra que é luta e ânsia pela eterna felicidade. Por isso, hemos que ser amigos. Como de ti só fingem que se lembram uma vez por ano, debes estar muito aborrecido nessa Casa do Capítulo, onde apesar de arder a lamparina da pátria, não há luz que chegue para ler as gazetas. Vou portanto contar-te uma história há pouco passada na China, que não sei se sabes onde é, mas que fica no cabo do mundo, «onde a terra acaba e o mar começa».

Na China, desde o tempo dos imperadores, havia o monopólio do fumo¹... do ópio. Tinha sido dado pela Coroa a troco dumas coroas a um estrangeiro que com o negócio do fumo enriqueceu, porque o fumo sempre foi um negócio da China.

Os republicanos chineses quando preparavam a queda da monarquia, rugiam impropérios contra o “odioso monopólio”. Depois de tomarem conta da “nau do estado” deram-lhes com que comprar uns charutos e calaram-se.

Sucedeu agora ter terminado o monopólio e o primeiro mandarim da Celeste República² entendeu que numa democracia quem deve comer e fumar é o partido democrático. Os bonzos³

todos mostraram-se de acordo e começaram a rezar a ladainha da *régie*, para criar apetite.

Outros mandarins, de conta de coral e pena de pavão, entenderam que ou deviam comer todos ou então haveria moralidade e começaram a dizer que o mandarim-mor era um ordinário que fazia ditadura e outras coisas assim profundas e judiciosas.

Organizou-se então um grande *jazz* de música de Câmara, regido contra a *régie*, ao qual Salgado, descendente dos famosos Salgados, mas que literariamente é conhecido por Roíz, pretendeu opor uma pavana, à formiga...

* * *

Estavam a coisas neste pé, quando começou a rosnar-se que a tropa, assim como o mandarim que a chefia, eram contra a *régie*.

O mandarim-mór, que entre a pera e o queixo, optou pelo queixo, puxou por esse órgão da sua mentalidade, puxou, puxou e desarrincou esta concepção sublime: A tropa refila?! Pois compra-se a tropa!

A tropa, neste caso, meu caro soldado desconhecido, não é a gente da tua igualha, que por aí anda sórdida e faminta a cheirar mal e a fazer fretes. A tropa na China é formada pelos outros, de sargento para cima, cerca de 100.000 pés que quando batem no chão se ouvem ao longe.

O mandarim-mór, chamou outro mandrim, que entende de tropa e botou-lhe esta fala:

Quanto querem os bravos e os heróis? Por quanto se vendem os que venceram mil batalhas na Serra da Carregueira e nas cartas do Estado Maior e os que “cavaram” na lama da Flandres e nos areais da África? O patriotismo desses bons chineses, que se cobriram de glória e de medalhas nas guerras da Rotunda com o general cristão, quanto custa?

O outro mandarim ouviu a fala do seu chefe. Fingiu que se ia embora mas voltou logo, com a resposta. Feitas as contas, os

bravos contentavam-se com 25.000 contos, uma ninharia. O primeiro mandarim exultou. Só 25.000 contos. Eles que já comiam por ano cerca de 250.000, contentavam-se só com a décima parte mais! Que patriotismo! Que isenção! Que fedor a moralidade!

Assim se resolveu a questão da *régie*, a que uns chamavam *gâchis*, em chinês.

Quando receberes esta carta já terá fechado o Parlamento da China, o Mandarim-mór já estará a distribuir as postas pela afilhadagem, mas os bravos ainda não terão recebido o preço do negócio. Se aparecer aí algum dos padrões pergunta-lhe se já recebeu a tal gratificação triplicada. É o que o mandarim, como é seu costume - comeu-os. Prometeu-lhes o dinheiro em troca do silêncio, mas ainda não lhes deu nada.

Consta que por isso, os bravos vão fazer mais uma revolução. O mandarim ou paga ou toma. Talvez tome desta vez, porque eu ouço uns ruídos subterrâneos, umas vozes coléricas, que não são decerto

A Voz que clama no deserto

P.S. - Eles aí estão⁴. É mais uma habilidade do Mandarim-mór. Aturem-nos...

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust. n.º 131, 31 Maio, 1926

Notas:

- 1 - Monopólio dos Tabacos.
- 2 - Primeiro-ministro António Maria da Silva.
- 3 - *Bonzos* era a designação dada aos membros da ala direita do partido democrático por oposição aos *Canhotos*, membros da ala esquerda, que se autonomizou.
- 4 - A discrepância entre a data do Suplemento (31 de Maio) e o conteúdo do artigo (anterior ao 28 de Maio), explica-se porque o Suplemento, que saía à segunda feira, era composto durante a semana e concluído ao sábado (dia 29) por forma a permitir o descanso dominical dos tipógrafos. Daqui o *post-scriptum* - "Eles aí estão."

Cartas da China

I

Aspectos e impressões da vida na Celeste República*

Meu Caro:

Cumpro o prometido naquela hora amarga da despedida, em que, como dois bons chineses, esfregámos os narizes um no outro, perante os olhares espantados dos passageiros do «Sud». Pediste-me então que ao chegar à China te contasse tudo o que por cá se passava e que tão deturpado anda nas colunas do «Times» e do «Journal des Débats». Prometi-te pelas barbas de Confúcio, que diria a verdade toda sobre os acontecimentos e aqui me tens a cumprir a promessa, para satisfazer a tua curiosidade de ocidental.

Quando esta carta te chegar às mãos, muitos meses volvidos depois de escrita, as suas notícias terão perdido um pouco de oportunidade, como vocês dizem aí no Ocidente. Abstrai-me, porém, desse fantasma, o tempo, como nós os orientais fazemos e considera que aquilo que te relato se passou ontem, há meia dúzia de dias quando muito. Assim, as revelações e comentários que vou fazer terão um agradável sabor de actualidade, caro ao teu paladar de europeu moderno.

Para principiar dir-te-ei que vim encontrar a China completamente modificada. Reina aqui a «ordem nova». Extinguiu-se

o mandarinato de tão crapulosa memória, substituindo-o porém o generalato. O poder militar tomou o lugar do poder dos políticos e mostra-se seu digno sucessor.

É a mesma desorientação anterior, a mesma avidez, e - mais violências. A «ordem nova» é igual à outra «ordem», mas de botas e esporas.

Como sabes, no exército chinês, há muitos generais. É um fenómeno que se regista aqui e no México, constando que também na Costa Rica é assim. Como esses generais não têm nada que fazer, brincam às guerras uns com os outros. São as suas manobras. Quando aqui cheguei realizavam-se as manobras da Primavera. Vou contar-te o que soube dessas manobras.

* * *

Há na China sempre vários «comités» e juntas revolucionárias, que preparam revoluções redentoras. É isso fruto duma doença que atacou os chineses depois de proclamada a Celeste República.

Uma dessas Juntas, sabendo que havia um general que não tinha onde passar as noites, convidou-o a «salvar a nação», assumindo o comando das tropas do Norte, que iam revoltar-se.

Na China todas as questões políticas, sem o parecerem, são desde o século passado fruto de rivalidades entre o Norte e o Sul. Quando o Norte tem uma iniciativa «redentora» o Sul abafa-a; quando o «Sul» é que a promove o Norte protesta.

O general convidado é o tipo perfeito do soldado de aventura, valente, palavroso e quando fosse novo deveria ter vencido, em combate singular, muita...chinesa. Como é mais alto do que o comum dos chineses, chamam-lhe General Grande, nome que vocês aí no Ocidente deturpam chamando-lhe Grande General¹.

Uma vez isto assente o General partiu a ocupar o seu posto no Norte. No Sul, os da Junta tendo à sua frente um dos antigos

fundadores da Celeste República, cujo nome, traduzido, é Boa Pessoa², foram no dia da revolução para uma cidade próxima de Pequim e aí se entregaram à prisão.

O General assumiu o comando dos soldados do Norte e como os mandarins eram detestados pelo Povo, facilmente conseguiu sem disparar um tiro, que ninguém lhe opuzesse resistência.

Assim, considerou-se vencedor sem ter combatido e quando Boa Pessoa foi posto em liberdade e se dispunha a tomar conta do Governo, conforme fora anteriormente combinado, o General disse que quem mandava era ele e o menos que chamou ao outro foi - traidor.

Estavam as coisas neste pé de perfeito entendimento e inteira cooperação e toda a matilha, do monarquismo, do sidonismo, do abrilismo entrou a uivar. Começaram a soprar o general e a ele, que não chegara a vencer, chamaram-lhe triunfador. A «boa-imprensa» publicou-lhe o retrato em tamanho natural. E ele convenceu-se que era efectivamente o maior general de todos os tempos (1m,80) maior do que Alexandre, César ou Napoleão e começou a discursar pelos cotovelos e a usar a linguagem dos déspotas empregando sempre *eu, eu, e mais eu*.

Entretanto Boa Pessoa era feito Ministro de todas as pastas e o outro de lá refilou dizendo não concordar, pois queria constituir um triunvirato de generais para salvar a China pelo eficaz sistema da ditadura militarista.

Boa Pessoa foi encontrar-se com o General, num velho burgo que fica a meio caminho entre o Norte e o Sul, aí acordaram no triunvirato, dividindo entre si e mais um compadre todas as pastas, excepto a da instrução que é coisa de que a China não precisa.

O General que por força da idade tem já fraca a memória, esquece-se do que diz com certa frequência e declarava no dia seguinte que não concordava com o triunvirato. Já Boa Pessoa tinha publicado na «Gazeta Oficial de Pequim» os decretos em que se demitia a si próprio de Ministro e se nomeava triúnviro.

Nova conferência nos arredores da capital, o triunvirato passou a ser Junta Governativa, com alguns jacarés agregados e a monarquia esteve na iminência de ser declarada se não fosse a atitude de intransigência do Comandante em Chefe das Polícias de Pequim. Donde as coisas se não esperam...

Vou terminar esta carta para ir assistir à entrada triunfal do vencedor em Pequim. *Eles* cada vez se entendem menos, mas supõem que tudo se resolve com ... paradas. E há patriota que rejubila dizendo: Ora até que enfim chegou a vez ao General de "dar as cartas". E todos cobertos com o «pano verde» da esperança, aguardam um «chorrilho de grandes» benefícios para o país.

Em suma: *Eles* vão acabar com o resto, desta feita vai a "banca à glória". São estes os "dados" certos que tenho para satisfazer a tua curiosidade de ocidental.

Aperta-te a mão, como no Ocidente,
o teu velho

Tsing-Wang-Li

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n.º 132, 7/7/1926

Notas:

- 1 - General Costa Gomes.
- 2 - Comandante Mendes Cabeçadas.

Índice

Nota Preliminar	1
Carta do Povo sobre a loucura do Carnaval	5
Carta ao Povo Trabalhador sobre a comemoração do 1º de Maio	10
Carta à oligarquia dominante - sobre os atentados pessoais, suas origens e pronta repressão	14
Carta às "Forças Vivas" - Sobre os inconvenientes de se brincar com o fogo	20
Carta a uma mulher culta - sobre a sorte de todas as mulheres assalariadas	26
Carta a um industrial - sobre a crise do trabalho e os perigos da redução de salários	30
Carta a um príncipe do jornalismo - Sobre a falta de vergonha	33
Carta ao escritor Manuel Ribeiro - A propósito da sua última profissão de fé	36
Carta ao Senhor D. Manuel de Bragança - sobre a peregrinação monárquica a Roma	42
Carta ao Povo - sobre os malefícios do próprio Povo	46
Carta a um negro, sobre a escravatura	50
Carta a um provinciano - sobre a festa dos mercados	55

Discurso sobre a política nacional	60
Carta ao sr. Governador Civil - com um pedido particular	65
Carta ao Presidente da República - da Finelândia sobre uma campanha "moralizadora" da sua polícia	71
Carta ao sr. António Maria da Silva - sobre a teoria do saque e a higiene pública	75
Carta pastoral sobre o tempo da Quaresma	79
Carta a um Cardeal da Santa Igreja Romana - sobre os benefícios da Lei da Separação	84
Carta ao Marquês de Pombal - sobre a Festa da Espiga	89
Carta ao soldado desconhecido - sobre um negócio da China	92
Cartas da China - (I) Aspectos e impressões da vida na Celeste República	95

Cadernos de A Batalha

Alternativa Anarquista (A) (Júlio Palma)

Agricultura Biológica (Colectânea)

Autogestão, Gestão Directa, Gestão Operária (M.Joyeux)

Colectânea (Liberto Sarrau)

Contra as Touradas (Colectânea)

Desafio Islâmico (O) - 2ª Edição (Júlio Palma)

Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos (A) (J.Oiticica)

Ecos da Semana. A Arte, a Vida e a Sociedade (Ferreira de Castro)

Eliseu Réclus (P.Kropotkin, J.Grave, L.Galleani e E. Costa)

Em Torno da Guerra Civil Espanhola (Manuel Firmo)

Porque Sou Anarquista (R. Rocker)

Sobre Jornalismo (Jaime Brasil)

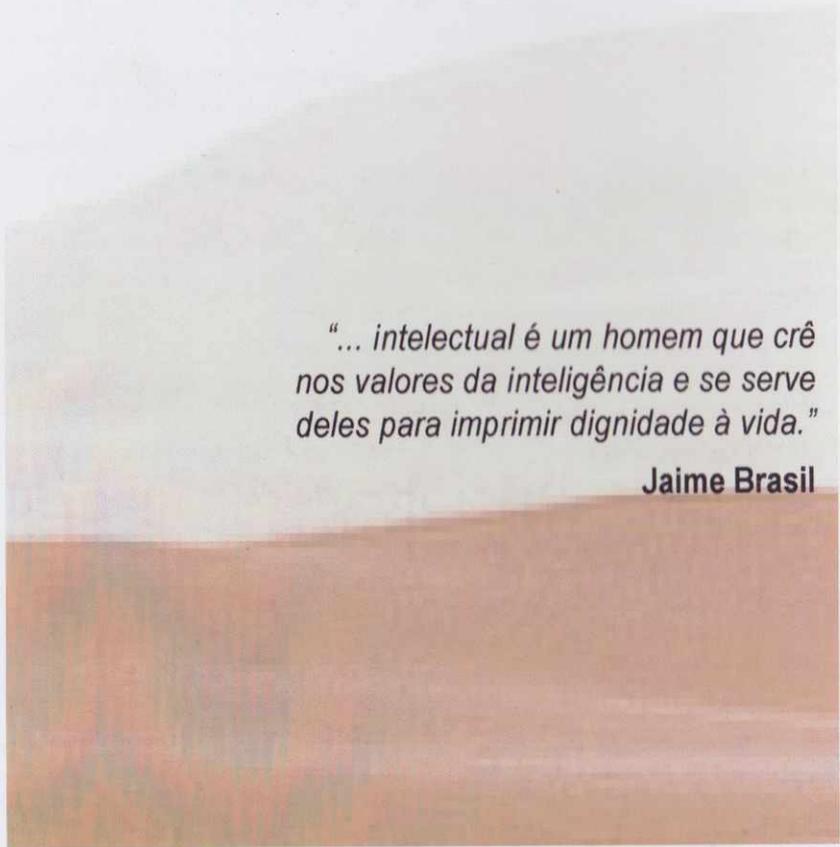
Verdade Sobre Cronstadt (A) -2.ª Edição (S.M. Petritchenco)

C.E.L.

O Centro de Estudos Libertários, proprietário e editor de *A Batalha*, é uma associação cultural fundada em 27/12/1978 tendo por finalidade o estudo e difusão do pensamento libertário, designadamente através de publicações, palestras, colóquios, seminários, congressos ou quaisquer outras formas de reunião e comunicação. Dispõe de uma biblioteca e duma pequena livraria temática para sócios e assinantes do jornal.

Está sediado na Azinhaga da Alagueza, Lote X - c/v - Esq, 1800-005 Lisboa (Olivais Velho) e está aberto aos sábados entre as 15 e as 18 horas.

A correspondência pode ser enviada para esta morada ou, de preferência, para o Apartado 50085, 1702-001 Lisboa.



*“... intelectual é um homem que crê
nos valores da inteligência e se serve
deles para imprimir dignidade à vida.”*

Jaime Brasil